

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

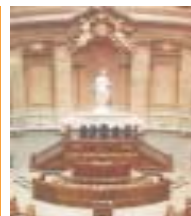
Durão Barroso no «Diálogo 5+5»



José Eduardo dos Santos recebeu o Vice-Presidente do PSD

Morais Sarmento com Mário David e Matos Rosa representaram o PSD em Angola no Congresso do MPLA





Intervenção relativa ao 23º aniversário da morte de Sá Carneiro e sobre o Congresso do PSD/Açores

Deputada Judite Jorge
Assembleia da República, 4 Dezembro 2003

(...)
“O Estado está ao serviço da pessoa, ou seja, das liberdades em relação. Não ao indivíduo descarnado e arvorado em valor absoluto, mas do ser que o homem a si próprio se vai dando no viver em relação com os outros.

A função do Estado é transformar a liberdade metafísica em liberdade jurídica e em liberdade política”.

O autor destas palavras chamava-se Francisco Sá Carneiro.

(...)
Lembrar Sá Carneiro é falar da sua luta pelo carácter personalista e humanista do projecto político e social que sonhou para o nosso país.

Neste dia em que se completam 23 anos sobre o seu violento desaparecimento, lembrar Sá Carneiro é falar da sua visão nacional respeitadora e promotora das autonomias como meio de assegurar um desenvolvimento harmonioso de Portugal continental e insular.

(...)
Um dos melhores modos que tenho de homenagear Sá Carneiro neste dia passa por vos relatar o Congresso do PSD/Açores, realizado no passado fim-de-semana.

Começo por acentuar que fui uma candidata independente nas listas do PSD/Açores.

(...)
É com essa independência e com esse espírito crítico que vos digo que o **Congresso Regional do PSD foi um momento alto na vida do meu arquipélago.**

Um momento alto porque fez o diagnóstico rigoroso dos problemas dos Açores.

Um momento alto porque definiu as soluções para esses problemas.
Um momento alto porque devolveu a esperança a milhares de açorianos.

Sá Carneiro teria orgulho neste trabalho.

(...)
Moção em que o líder regional do PSD reflecte sobre todas as questões que importam ao arquipélago e apresenta soluções maduras, sérias e responsáveis.

A moção preconiza uma nova cultura política para os Açores.

(...)
Da nova geração de açorianos que querem fazer dos Açores uma terra melhor e mais desenvolvida, mais justa e mais equitativa, fazem parte muitos militantes do PSD, mas fazem também parte muitos e muitos independentes que querem colaborar, que já estão a colaborar com Victor Cruz.

A abertura do PSD/Açores ao Partido Popular e a independentes é um sinal da inteligência e da honestidade política de Victor Cruz.

...o Congresso do PSD/Açores não foi só o Congresso do PSD/Açores, foi o congresso dos açorianos, de todos os açorianos que se recusam a cruzar os braços.

(...)
O Congresso do PSD/Açores foi a resposta às inquietações dos meus conterrâneos.

Porque Victor Cruz tem um projecto, porque tem uma equipa, porque sabe o que quer dos Açores e sabe como o fazer.

(...)

Intervenção sobre o acesso da Assembleia da República a documentos e informações com classificação de Segredo de Estado

Deputado Luís Montenegro
Assembleia da República, 4 de Dezembro de 2003

(...)
O regime de classificação de documentos e informações com Segredo de Estado data de 1994, altura da publicação da Lei Nº 6/94, de 7 de Abril. Quase uma década volvida, não nos parece despiçando proceder a uma avaliação da sua aplicabilidade, mormente no que concerne à acção da Assembleia da República. De resto, neste quadro de reflexão, esta questão mereceu já, na última legislatura, iniciativas legislativas do PSD e do PS, que acabaram por caducar com o fim da mesma.

No centro nevrálgico dessas iniciativas estavam basicamente duas questões: por um lado, a **regulação do acesso do parlamento aos documentos classificados com Segredo de Estado**; por outro lado, o **cumprimento do papel fiscalizador que a própria Lei do Segredo de Estado atribui à Assembleia da República.**

(...)
Por isso, propomos ao Partido Socialista que o Projecto de Lei Nº46/IX possa baixar, sem votação, à comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, para, se assim o entender, com o patrocínio e colaboração do Presidente

da Assembleia da República, se constituir um Grupo de Trabalho que aprofunde esta e outras eventuais propostas, integrando-as numa avaliação do regime vigente.

Este procedimento permitirá ainda conciliar esse trabalho com as propostas de alteração que – conforme já se ouviu nesta câmara, hoje – venham a discutir-se e estudar-se sobre uma eventual reestruturação dos Serviços de Informação da República, em cuja Lei Quadro há matérias que se cruzam com o Segredo de Estado.

(...)
O Grupo Parlamentar do PSD considera que esta iniciativa legislativa do PS não alcança a melhor solução para a regulação do acesso da Assembleia da República a documentos e informações classificados como Segredo de Estado.

...o PSD disponibiliza-se para aproveitar o caminho aberto e, em colaboração democrática com os restantes partidos e com o Senhor Presidente da Assembleia da República, promover uma reflexão serena e ponderada que possa avaliar a situação e conduzir a melhoramentos e aperfeiçoamentos nos mecanismos de classificação e acesso a documentos em Segredo de Estado.

Agenda

Quarta-Feira, dia 10 de Dezembro de 2003

Interpelação ao governo requerida pelo Grupo Parlamentar do PCP
(Sobre a Política de Saúde)

Quinta-Feira, dia 11 de Dezembro de 2003

Agendamento Potestativo do PS

Projecto de Lei nº372/IX(PS)

(Assegura a cooperação e coordenação entre os organismos de controlo da Segurança Social e os órgãos da Administração Tributária, para o eficaz combate à fraude e demais ilegalidades nas respectivas áreas de intervenção)

Projecto de Lei nº373/IX(BE)

(Estabelece medidas para o combate à evasão e fraude fiscal, determinando o cruzamento de informação entre a Administração Fiscal e a Segurança Social e outros serviços públicos)

Projecto de Lei nº376/IX(PCP)

(Aprova medidas de combate à evasão e fraude fiscais e de contribuições ao regime da segurança social)

Projecto de Resolução nº_/IX(Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa)

(Sobre a Constituição Europeia)

Votações no Final do Debate

Sexta-Feira, dia 12 de Dezembro de 2003

Sessão de Perguntas ao Governo



Intervenção sobre a melhoria do acesso à Justiça

Deputado António Montalvão Machado
Assembleia da República, 4 de Dezembro de 2003

(...)
Menos de 3 anos depois da Lei n.º 30-E/2000, aprovada, portanto, na anterior Legislatura, apresenta-nos o Governo um novo projecto de diploma conducente a bem regular o “**acesso ao direito e aos tribunais**”.

Esta apresentação é feita com elevado sentido de responsabilidade..., com demonstrado sentido de oportunidade... (...), e no estreito respeito pelo Programa de Governo sufragado pelos Portugueses.

(...)
...a iniciativa denota também um raro sentido de verdade, na medida em que a lei actualmente em vigor, independentemente de muitos aspectos positivos que tem (os quais foram aproveitados agora), não resultou..., objectivamente não resultou..., para além de ter permitido desvios e disfuncionalidades perniciosas.

Os valores fundamentais que devem estar subjacentes numa discussão como esta, à volta do “acesso ao direito e aos tribunais”, são, no nosso entender, dois: **-A igualdade dos cidadãos perante a lei e a não denegação da Justiça por carência de meios.**

(...)

Ora, a opção de se remeter para a Segurança Social a decisão de ser ela e não o Tribunal a decidir se o apoio judiciário deve ser concedido ou denegado mantém-se e parece correcta.

(...)
Vejamos, então, rapidamente, alguns dos males detectados e as correcções que se pretender introduzir:

1.ª- **A consulta jurídica gratuita**, que é hoje assegurada por Advogados e Advogados-Estagiários, em instalações da Ordem, nas Câmaras Municipais e nas Juntas de Freguesia, é prestada a quem não pode pagar... mas também é prestada a quem pode pagar..., pois que não há verdadeiro controlo prévio acerca de quem a requer.

Será correcto permitir que assim se continue? Claro que não.

É por isso que a proposta do Governo vai no sentido de que, antes de a consulta ser prestada, competirá à Segurança Social aferir da insuficiência económica de quem a requer, porque toda a protecção jurídica estará sujeita a esse regime.

2.ª- No patrocínio judiciário actual, e objectivamente, o constituinte do Advogado pode escolher o seu próprio advogado... para advogado-oficioso..., o

que é, no mínimo, estranho, e permite, afinal, que se encontre maneira de ser o Estado a pagar o advogado que..., em muitos casos, se calhar, já era...

Faz sentido que isto continue? Claro que não.

E é por isso que no sistema que o Governo nos apresenta acaba essa modalidade de apoio judiciário, de pagamento de honorários a patrono escolhido.

Assim, competirá exclusivamente à Ordem dos Advogados..., com regra..., com transparência... e com isenção..., nomear o respectivo advogado-oficioso, o que é, sem dúvida, uma solução bem mais saudável do que a actualmente consagrada.

3.ª- No actual quadro normativo, podem nomear-se advogados-oficiosos ainda que a causa seja, por exemplo..., injusta, ou não tenha as mais pequenas condições de viabilidade, ou vise exercer um direito que já tenha caducado, ainda por exemplo...

Fará sentido que isto continue..., que se perca, assim, tempo e dinheiro? Evidente que não.

E é de novo por isso que a Proposta de Lei em apreço prevê a obrigatoriedade de um juízo prévio (a

formular por advogado ou advogado-estagiário, em sede de consulta jurídica) tendente a apreciar a existência de fundamento legal da pretensão.

4.ª- No actual sistema, não havendo um critério uniforme que a Segurança Social possa seguir, é possível que determinado serviço defira um pedido de apoio judiciário... e um outro serviço indefira um idêntico pedido de apoio judiciário, e sendo que, em ambos os casos os requerentes tenham as mesmas possibilidades económicas.

Só a mera possibilidade de isso acontecer constitui já grave injustiça urge reparar.

(...)
Um outro ponto que nos parece de aplaudir é a inteira articulação de todo o proposto com a Ordem dos Advogados e, concretamente, com o Instituto de Acesso ao Direito.

(...)
Cumprimentos porque mostra serviço..., amplo e bem executado.

De estímulo porque é com estes exemplos que se ganha força, empenho e determinação para continuar a servir Portugal e os Portugueses.

(...)

Intervenção sobre as Petições n.ºs 39/IX/1ª, 62/VIII/2ª e 87/VII/3ª

Deputada Isménia Vieira Franco
Assembleia da República, 28 de Novembro de 2003

(...)
Relativamente à Petição n.º 39/IX/1ª (de Pedro Choi de Amélia Cordeiro – Presidente da Associação Portuguesa de Acupuntura) acerca da necessidade de regulamentação das profissões ligadas às medicina não convencionais

Mereceu já publicação e está em vigor, a Lei do enquadramento base das medicina não convencionais - a Lei n.º 45/2003, de 22 de Agosto - que reconhece como práticas terapêuticas, a acupuntura, a homeopatia, a osteopatia, a naturopatia, fitoterapia e quiropráxia.

Foi ainda aprovada pela Assembleia da República, a Resolução n.º 64/2003, de 28-07, por meio da qual a Assembleia recomendou ao Governo que diligencie a elaboração de um estudo que indique o tipo de organismo e o método que regule a organização, a ética e o ensino da osteopatia e que crie uma comissão, que certifique os cursos nacionais e acredite os estrangeiros.

(...)
Passando à Petição n.º 62/VIII/2ª (de Pedro Manuel da Silva Mogárrio e outros) que solicitam a manutenção em funcionamento da extensão de saúde da Cruz de Pau e a criação de uma nova extensão em Foros de Amora, diremos o seguinte:

A extensão de saúde está a funcionar. Ninguém disse que ela fecharia. A população pode estar tranquila.

Todo o atendimento na área da enfermagem e todas as consultas a toxicodependentes, inclusive a aplicação do programa de substituição pela metadona, são praticados nesta extensão.

(...)
Finalmente, a Petição n.º 87/VII/3ª (apresentada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações) pretendem medidas tendentes a obrigar o Estado Português a assumir as suas responsabilidades perante o défice do Fundo de Pensões dos CTT ou, em alternativa, que os trabalhadores dos CTT regressem à Caixa Geral de Aposentações.

Também o objecto desta petição, se encontra ultrapassado pelos últimos acontecimentos em matéria legislativa. Com efeito, o Estado assumiu já as suas responsabilidades relativamente ao défice do Fundo de pensões dos CTT, uma vez que por iniciativa do Governo, através do DL n.º 246/2003, de 08-10, o mesmo Fundo de Pensões foi integrado na Caixa Geral de Aposentações.

(...)

O PSD propõe

Projecto Lei N.º 383/IX

Sobre a colocação de guardas de segurança metálicas nas vias de comunicação públicas, integradas ou não na rede rodoviária nacional, contemplando a perspectiva de segurança dos veículos de duas rodas.

A generalidade dos especialistas e responsáveis em segurança rodoviária tem reconhecido, ao longo dos últimos anos, que muitas das guardas de segurança colocadas nas bermas das vias de comunicação pública, integradas ou não na rede rodoviária nacional, não contemplam eficazmente a perspectiva da segurança dos veículos de duas rodas, principalmente tratando-se de motociclos e de ciclomotores.

(...)

Desde então, e apesar das expectativas criadas, a quase totalidade das

guardas de segurança das nossas estradas continua sem qualquer dispositivo que contemple a perspectiva da segurança dos veículos de duas rodas. Assim como as novas vias da rede rodoviária nacional que entraram em funcionamento sem que as guardas de segurança nelas colocadas contemplem adequada e suficientemente a perspectiva da referida segurança.

Esta situação deve ser alterada, a curto prazo, de modo a que o País não continue a pagar um preço cruel pelo prolongamento do adiamento da adequação das guardas de segurança à protecção dos ocupantes de motociclos e ciclomotores.

Atento a esta dramática realidade o Partido Social Democrata considera ser um indeclinável dever, perante os milhares de condutores de veículos de duas rodas principalmente nos denominados pontos negros das nossas estradas.

(...)

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião de dia 3, na Presidência do Conselho de Ministros, aprovou sete diplomas, dos quais 3 Decretos-Lei e quatro resoluções.

O primeiro dos Decretos-Lei aprovados, é um acto de transposição para a legislação nacional, de uma directriz europeia e nele se afirma:

É transposta para a ordem jurídica nacional a Directiva 2002/75/CE da Comissão, de 2 de Setembro de 2002, relativa aos **equipamentos marítimos a fabricar ou a comercializar no território nacional ou a instalar em embarcações nacionais**, e a Directiva 2002/84/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, na parte em que altera as Directivas em vigor no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição por navios.

O presente diploma visa transpor para o direito interno a Directiva 2002/75/CE, a qual estabelece novas regras relativas aos equipamentos marítimos a instalar a bordo dos navios sujeitos às Convenções Internacionais, incluindo a Convenção SOLAS de 1974, que já entraram em vigor ou vão entrar a curto prazo.

Por outro lado, transpõe, na parte aplicável, a Directiva 2002/84/CE, de 5 de Novembro de 2002, que altera as directivas em vigor no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição por navios.

Quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Por Decreto-Lei é alterado o quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/85, de 2 de Maio, criando os lugares de Conselheiro Técnico Principal e de Conselheiro Técnico, para a Unidade EUROJUST.

No âmbito da Decisão do Conselho da União Europeia, de 28 de Fevereiro de 2002, foi instituída a unidade europeia de cooperação judiciária (EUROJUST), com o objectivo de reforçar a cooperação entre os Estados membros na luta contra as formas graves de criminalidade organizada de natureza transnacional, em concretização das conclusões do Conselho Europeu de Tampere, de Outubro de 1999.

A EUROJUST foi consagrada nos artigos 29.º e 31.º do Tratado da União Europeia, alterado pelo Tratado de Nice, relativos à cooperação policial e judiciária em matéria penal.

Tendo em conta que a Lei n.º 36/2003, de 22 de Agosto, estabelece as normas de execução da Decisão do Conselho da União Europeia, de 28 de Fevereiro de 2002, regulando o estatuto do membro nacional, e que importa adaptar o quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros às novas exigências em matéria de recursos humanos, o Governo decidiu aprovar um novo diploma legal que permite aditar um lugar de Conselheiro Técnico Principal e outro de Conselheiro Técnico ao quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, anexo ao Decreto-Lei n.º 133/85, com a composição e a redacção que lhe foi dada pelo n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 146/2001.

Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

Também por Decreto-Lei e no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 39/2003, de 22 de Agosto, é aprovado o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.

A legislação em vigor não conseguiu adequar-se às dificuldades e desafios da realidade económica. Actualmente, os processos de falência começam tarde, demoram muito tempo e o produto final é escasso, face às dívidas acumuladas.

Tendo o Governo concluído pela necessidade de reformar o sistema vigente, entendeu serem as seguintes as metas da reforma:

1. Contribuir para a melhoria da preparação técnica de todos os interventores no processo especial de insolvência, permitindo assim maior celeridade e qualidade das decisões tomadas neste âmbito.

2. Tornar mais rápido o processo de insolvência quando não há recuperação, diminuindo o tempo de pendência e permitindo, desta forma, não só uma mais rápida satisfação dos credores como, sempre que possível, uma célere mudança na titularidade das unidades produtivas envolvidas.

3. Assegurar que os processos se iniciam atempadamente, fazendo com que a apresentação da empresa à insolvência ocorra em momento adequado, de forma a tutelar os interesses dos credores e a permitir uma eventual viabilização económica.

4. Criar condições para que haja efectivamente recuperação das empresas com viabilidade económica, impedindo, todavia, que este processo sirva

para manutenção de situações de concorrência desleal ou perpetuação da má gestão das respectivas unidades produtivas.

5. Adequar o Direito nacional às exigências comunitárias e harmonizar a legislação falimentar com as disposições do novo Código do Trabalho.

Pretende-se alcançar estas metas através das inovações introduzidas ao regime, já referidas, que levaram à consagração de uma nova sistemática nesta matéria.

O presente diploma aprova o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e, ao mesmo tempo, altera disposições pontuais do Código Penal, Código de Processo Civil, Código do Registo Civil, Código do Registo Comercial, Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, bem como o Decreto-Lei n.º 201/2003, de 10 de Setembro.

Prevê-se a consagração de uma única forma de processo especial, denominada processo de insolvência, substituindo os actuais processos de recuperação de empresa e de falência. Assim, o requerimento inicial entra como simples pedido de declaração de insolvência. É apenas sobre este aspecto que o juiz se pronuncia, cabendo depois a decisão sobre recuperação ou falência tão só aos credores. Esta é uma manifestação da desjudicialização do processo, que se reflecte de um modo geral ao longo da tramitação processual.

Com a finalidade de simplificação, o processo de insolvência assenta num único pressuposto objectivo: a insolvência, consistindo esta na impossibilidade de cumprir obrigações vencidas.

A declaração de insolvência dá sempre lugar à abertura de um incidente para qualificação da culpa do devedor ou respectivos administradores na insolvência. Ficando decidido que a insolvência é culposa, o devedor ou seus administradores são sujeitos a um conjunto de consequências, das quais se destaca: a inabilitação, a inibição para o exercício do comércio ou de cargos sociais e a perda de créditos sobre a massa insolvente.

Na insuficiência da massa insolvente para pagar sequer os custos inerentes ao processo de insolvência (custas, remuneração do administrador da insolvência, etc.) o processo pode ser imediatamente declarado encerrado na sentença de declaração de insolvência, assim se evitando delongas e custos desnecessários.

Caso o processo não seja declarado encerrado nos termos supra expostos, na sentença de declaração de insolvência é marcada assembleia de credores a realizar no prazo de 45 a 75 dias. O novo regime do processo de insolvência permite aos credores uma total flexibilidade na decisão quanto ao futuro da empresa, decidindo estes quanto à sua recuperação ou liquidação, com base em relatório elaborado pelo administrador judicial e que inclui um inventário de bens da empresa, lista provisória de créditos e relatório da situação económica.

Assim, os credores podem escolher a forma mais adequada de recuperar a empresa sem qualquer limitação taxativa de medidas de recuperação.

Para as pessoas singulares declaradas insolventes, prevê-se a possibilidade de exoneração do passivo não pago, através do processo de insolvência.

Assim, a pessoa singular poderá ficar, durante os cinco anos posteriores ao encerramento do processo de insolvência, a pagar uma determinada quantia aos seus credores, em função do rendimento disponível. Findos esses cinco anos, o insolvente será declarado exonerado de todas as dívidas incluídas no processo de insolvência.

Como aspectos laterais ao processo, mas de importância fulcral no espírito da reforma, devem salientar-se:

- a atribuição da competência nestes processos aos tribunais de comércio, apenas quando o insolvente seja titular de uma empresa;

- a limitação do direito de recurso a uma única instância, assim se assegurando uma maior celeridade e eficácia do processo;

- o reforço do dever de atempada apresentação à insolvência, que especialmente impende sobre os administradores das pessoas colectivas e sobre as pessoas singulares titulares de empresa;

- a criação de uma categoria de créditos subordinados, a graduar posteriormente a todos os outros, e que abrange, entre outros, os juros e os créditos de pessoas com relações especiais com o devedor (ex: descendentes, cônjuge, sociedades em relação de grupo);

- a unificação das figuras do gestor judicial e do liquidatário judicial na figura do administrador da insolvência, com a atribuição aos credores de papel relevante na respectiva escolha;

- a manutenção dos privilégios creditórios do Estado para os créditos vencidos nos 6 meses anteriores à declaração de insolvência e a criação de um privilégio mobiliário geral para ¼ dos créditos do requerente da insolvência;

- a estatuição de regras inovadoras quanto aos efeitos da insolvência sobre os negócios em curso, com a cominação de nulidade para as cláusulas contratuais que se oponham ao regime ora fixado;

Conselho de Ministros

- a não necessidade de preenchimento do requisito de má fé para a resolução de determinados actos prejudiciais à massa insolvente;
- a consagração da venda da empresa, como um todo, como uma prioridade das formas de liquidação;
- a possibilidade de apresentação pelo insolvente de Plano de pagamentos que, a ser aprovado, tenha como efeito o imediato encerramento do processo de insolvência;
- a possibilidade de manutenção da administração pelo devedor da empresa compreendida na massa insolvente, desde que tal seja requerido e aceite pelos credores;
- a regulação de modo inteiramente inovador da insolvência de pessoas casadas, permitindo a coligação activa e passiva dos cônjuges no processo de insolvência, devendo a apreciação da situação de insolvência de ambos os cônjuges constar da mesma sentença.

Alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) de Paredes

Por Resolução, foi aprovada a alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Paredes.

A alteração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Paredes, agora aprovada, integra-se no processo de elaboração do Plano e Urbanização de Sobreira/Recarei.

Desclassificada parte do Ramal de Viseu

Por Resolução do Conselho, é desclassificada da rede ferroviária nacional a parte do Ramal de Viseu constituída pela Ex-Linha do Vouga, quilómetros 109,330 - 118,800.

A desactivação da exploração ferroviária no Ramal de Viseu, constituído pelos troços ferroviários das ex-Linhas do Dão e Vouga, ocorreu há mais de

doze anos, tendo alguns troços das referidas linhas sido transformados em caminhos e estradas municipais.

Os órgãos autárquicos envolvidos manifestaram a sua concordância com a presente desclassificação e o seu interesse em aproveitar a linha e o património imobiliário a ela afecto para fins de interesse público.

A desclassificação, aprovada pela presente Resolução, é também do interesse da REFER, prevendo-se a rentabilização do domínio público ferroviário, já que as receitas daí resultantes ficam adstritas a investimento na construção e modernização de infra-estruturas.

Dá-se, ainda, cumprimento ao objectivo de permanente actualização da rede ferroviária nacional, tendo em conta a procura actual e potencial do transporte ferroviário, o progresso técnico e os interesses públicos das regiões servidas, promovendo, ao mesmo tempo, novas formas de cooperação entre a administração central e as autarquias locais.

Plano Director Municipal de Arouca

Também por Resolução, foi ratificada a suspensão parcial do Plano Director Municipal de Arouca.

As áreas abrangidas pela suspensão parcial do Plano Director Municipal de Arouca correspondem a duas pequenas parcelas no interior dum quarteirão, cuja malha urbana já se encontra consolidada e construída ao abrigo do Plano de Urbanização de Arouca, do Plano de Pormenor da Zona Central e do Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação da Zona Histórica de Arouca.

A suspensão parcial daquele Plano Director Municipal fundamenta-se na verificação de circunstâncias excepcionais, de que resultam situações de fragilidade ambiental, designadamente de insalubridade na construção de edificações, devido à impossibilidade de aplicação conjunta, em parcelas de reduzida dimensão, do índice máximo de construção previsto no Plano Director Municipal e dos parâmetros previstos nos referidos Plano de Urbanização e Planos de Pormenor, mantidos em vigor pelo Plano Director Municipal.

A TAIYO vai investir 8 milhões e criar

296 postos de trabalho em Setúbal

Por Resolução do Conselho de Ministros, foi aprovada a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, a TAIYO Manufacturing Co., Ltd, a TAIYO Technology of America, Ltd, a TAIYO Soft Singapore Pte, Ltd, e a TAIYO Technology Portugal, Componentes Plásticos de Precisão, Lda, para a realização do projecto de investimento em Setúbal.

O projecto de investimento a realizar até 2004, no montante total superior a 8 milhões de euros, valor que inclui a vertente da formação profissional, visa a criação de uma unidade industrial em Setúbal para a produção de componentes em plástico para as indústrias automóvel e de telecomunicações, nomeadamente componentes para painéis de auto-rádios, telecomandos, telemóveis e painéis de ar condicionado.

O projecto envolve a criação de 296 postos de trabalho, nível relevante para a região, facto que contribuirá para a redução de assimetrias regionais.

Prevê-se que o valor de vendas anuais, em 2005, seja de cerca de 6,2 milhões de euros.

O Grupo Taiyo, de origem japonesa, é um importante fornecedor de primeira linha dos principais construtores automóveis e fabricantes de telemóveis, dispondo de filiais em Singapura, na Malásia, bem como nos EUA.

A sua presença em Portugal teve início em Novembro de 2000, com a importação dos seus produtos directamente de Singapura. O grupo Visteon e o grupo Pioneer têm sido, até hoje, os clientes principais da Taiyo Technology Portugal, Lda., estando contudo a estratégia desta empresa direccionada para atrair clientes novos, tais como, o grupo Matsushita, o grupo Volkswagen e o grupo Shin-Etsu Polymer Europe (projecto Nokia).

O desenvolvimento deste projecto de investimento tem em vista o upgrade de uma presença comercial do Grupo Taiyo em Portugal para uma presença industrial e tem subjacente a estratégia do grupo de entrada no mercado europeu através de Portugal.

O impacto macro-económico do projecto é significativo, prevendo-se que gere um efeito muito positivo na balança de transacções comerciais nacionais.



Notícias da CPS de Braga

Continua o ciclo de visitas às freguesias com um périplo por S. João do Souto

Os responsáveis concelhios do PSD de Braga e representantes do partido nos órgãos municipais prosseguiram no Sábado, dia 6, o ciclo de visitas às Freguesias do Concelho, deslocando-se desta vez à Freguesia de S. João de Souto.

Na companhia dos membros da Junta de Freguesia, eleita pelas listas da Coligação "Juntos por Braga" (PSD, CDS, PPM) e presidida por Miguel Miranda, os Social-Democratas percorreram uma Freguesia em que se concentra parte substancial do Centro Histórico do Concelho.

A realidade encontrada em nada difere do que sucede em outros grandes centros urbanos em que as autarquias não promovem uma política activa de requalificação e revitalização dos Centros Históricos: ao progressivo abandono dos residentes, associa-se uma crescente desertificação da freguesia, o envelhecimento da população e a degradação dos prédios e da paisagem urbana, a par da emergência de problemas de criminalidade e insegurança.

No caso concreto de S. João de Souto, a Junta de Freguesia tem vindo a tentar sensibilizar a Câmara Municipal de Braga para a necessidade de assumir a recuperação dos prédios para depois os disponibilizar como habitação social, com aluguer a preços controlados, embora sem qualquer resultado.

Admitindo tais iniciativas a título pontual, para não suscitar a municipalização do Centro Histórico, o Presidente da Concelhia do PSD,

Ricardo Rio, apresenta propostas alternativas que poderão contribuir para a fixação e atracção de mais moradores para aquela zona, evitando que a mesma seja um local abandonado fora do período comercial.

Assim, recorda as sugestões já formuladas em sede de Plano de



Actividades Participado, como a instituição de um programa integrado de recuperação e de incentivo à recuperação dos imóveis degradados, a criação de incentivos para a recuperação de edifícios no Centro Histórico, a Instituição de Prémios pecuniários para os melhores projectos de recuperação de edifícios do parque habitacional e a recuperação do património edificado para instalação de valências culturais e sociais de usufruto público.

A par destas iniciativas, o PSD entende que a política fiscal municipal (no que toca à tributação

do património e à aplicação de taxas e licenças) pode e deve assumir-se como um instrumento ao serviço da meta de recuperação dos imóveis degradados e do regresso da população ao Centro Histórico.

Tal desiderato poderá ser atingido através da atribuição de benefícios fiscais no Imposto Municipal sobre

Imóveis e a Câmara deverá isentar de taxas e licenças os jovens que queiram construir, reconstruir ou remodelar edifícios no centro da cidade, desde que destinados a habitação própria.

No decurso desta visita a S. João de Souto, mereceram igual destaque as questões do trânsito e acessibilidades. O PSD bracarense vem defendendo há já vários anos a necessidade de estudo e reordenamento do trânsito no perímetro urbano, assim eliminando as nefastas práticas experimentalistas do Executivo socialista.

A outro nível, os responsáveis do

PSD abordaram a recuperação do Centro Comercial Santa Cruz, cuja fachada exterior se constituiu como um risco para os peões. A Junta de Freguesia de S. João de Souto tem acompanhado este processo com natural preocupação, manifestando-se totalmente aberta a apoiar a administração do centro e os lojistas no sentido que seja feita a recuperação exterior do edifício com a máxima brevidade possível.

É possível que as obras se possam iniciar no primeiro trimestre de 2004, mas ainda assim, o PSD entende que em situações análogas a Câmara, que é uma das proprietárias do Centro, deve executar as obras e liquidar o seu custo aos proprietários ao invés de os autuar por incumprimento das suas notificações, mantendo a situação de risco.

Por fim, o Presidente da Junta deu conta de dois dos seus projectos ainda por concretizar: a disponibilização de um Centro de Dia para a Terceira Idade e a cedência à Escola de S. João de Souto de um espaço contíguo a este estabelecimento de ensino, propriedade da Junta mas presentemente arrendado a particulares, que poderá alojar um refeitório ou outras actividades.

Aliás, os responsáveis do PSD não deixaram de enaltecer a dinâmica cultural desta Escola e de felicitar o Executivo da Junta por todo o apoio prestado à sua concretização.

O Ciclo de visitas a Freguesias prosseguirá com uma agenda a anunciar brevemente. – **CPS de Braga**

Aprovada pela Comissão Europeia o regime de reserva fiscal proposto pelo Governo Português

A Comissão Europeia aprovou quarta-feira, em Bruxelas, o regime proposto pelo Governo Português para as empresas exportadoras pagarem menos IRC.

De acordo com o regime, as empresas dos sectores da extracção, industrial e turismo podem criar uma reserva fiscal equivalente a 20 por cento do IRC do anos fiscais de 2003 e 2004.

Por outro lado, o montante global estimado que estas reservas de investimento podem alcançar é de cerca de 320 milhões de euros.

No entanto, conforme adiantou à agência Lusa fonte próxima do processo, a reserva tem de ser investida nos dois anos fiscais seguintes à sua criação em investimentos de arranque de uma nova empresa ou em projectos de investigação e desenvolvimento.

A mesma fonte referiu, ainda, que o regime não pode ser utilizado nos sectores da agricultura, pescas, transportes e de serviços financeiros. De fora do regime ficam igualmente as empresas em dificuldade económica dos sectores em declínio. – **Lusa**

Notícias de Sintra

Durão Barroso, na «Casa Mantero» inaugura a nova Biblioteca Municipal Alargamento do troço final do IC-19



Na segunda-feira passada, em Sintra, o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, com o Presidente da edilidade, Fernando Seara, presidiu a uma sessão solene que marcou a inauguração da nova biblioteca da cidade, instalada na Casa Mantero. A cerimónia teve também a presença do Ministro da Cultura, Pedro Roseta, e do Ministro das Obras Públicas, Carmona Rodrigues.

A Biblioteca Municipal de Sintra fica assim condignamente instalada num complexo constituído por dois edifícios ligados entre si - o da Casa Mantero (palácio do século XIX e objecto de recuperação recente) e um novo edifício construído de raiz. Na nova biblioteca vão coexistir vários suportes de informação, tal como recomendam as mais recentes orientações do "Programa de Apoio às Bibliotecas Públicas" do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

Na vasta área de jardim que envolve os edifícios da Biblioteca, o utilizador dispõe de uma zona de "Animação do Livro e da Leitura", de um recinto para a realização de eventos ao ar livre e, ainda, de uma Casa de Chá.

A Casa Mantero tem um acervo de mais de 60.000 volumes de monografias, distribuídos pelas Bibliotecas Infantil, Juvenil, Adultos e pelo Núcleo de Reservados, com documentos de elevado valor patrimonial e bibliográfico, além de um fundo documental de audiovisuais, ainda em formação, mas já com 4.500 documentos.

Além dos serviços normais numa Biblioteca, com as magníficas características de que esta dispõe, salientam-se os serviços de leitura especiais para deficientes visuais (núcleo de Braille) e motores, Bebéteca, acesso à Internet, cafetaria

e cibercafé.

A Casa Mantero fica situada na Rua Gomes de Amorim, nº 12 - Estefânea, Sintra.

Anunciada a fase final do alargamento do IC-19

Falando de improviso, mais tarde, em conversa informal com os jornalistas, Durão Barroso disse que foi nesse dia publicado o anúncio do lançamento do concurso para a primeira fase do troço de alargamento a 3 faixas por sentido, no IC 19, entre o nó de Massamá e Ranholas, indo a primeira fase até ao Cacém e prevendo-se o lançamento da fase final da obra para o terceiro trimestre de 2004.

Serão ainda reformulados, de forma a facilitar a circulação naquela

zona, os nós do hospital (Amadora-Sintra) e de Queluz, com início da obra também no início de 2004.

Assim estarão lançadas as modificações finais àquele itinerário complementar, correspondendo a uma necessidade sentida pelos muitos milhares de automobilistas que diariamente utilizam aquela via de comunicação e experimentam longas filas e demoras substanciais nas suas deslocações, com evidentes prejuízos materiais causados pelas demoras no trajecto e diminuição da sua qualidade de vida, pelas horas perdidas no percurso.

- Fontes: Gab.Press
Sinta, "Lusa"



Vítor Constâncio defende controlo da despesa pública

O Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, defendeu quinta-feira o controlo da despesa pública como o caminho a seguir, durante um debate promovido pela Associação Comercial de Braga.

"O controlo do défice das contas do Estado resultará a prazo num aumento da competitividade da economia e consequentemente do emprego", declarou.

"Se olharmos para os países desenvolvidos do Norte da Europa verificamos que, depois de alguns sobressaltos nos anos 90, têm agora saldos positivos nas contas públicas e, ao mesmo tempo, altos índices de protecção social e desenvolvimento humano", disse o Governador do Banco de Portugal.

Vítor Constâncio falou na sede da Associação Comercial de Braga, no âmbito de um ciclo de debates sobre o tema "A economia portuguesa: que perspectivas?", organizado para celebrar os 140 anos da instituição. - Lusa

Notícias do PSD/Suíça

Nova Comissão Política do PSD helvético define linhas de rumo e prioridades



No passado dia 7, foram eleitos os novos Corpos Gerentes do PSD na Suíça, para o biénio 2003/2005, numa Assembleia Geral em Berna que contou com a presença dum representante da Comissão Nacional das Comunidades Portuguesas, mandatado pela sede nacional do partido.

Assim, os novos membros directivos da Secção do PSD na Suíça são, desde hoje, os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral: Presidente, Casimiro Coutinho; Vice-Presidente, António Subtil; Secretária: Sidónia Amorim.

Comissão Política: Presidente, António Francisco Dias da Costa; Vice-Presidentes: António Campos e Adozinda Silva; Tesoureiro, Artur França; 1º Vogal, Bernardino Chaves; 2º Vogal, João Nave; 3º Vogal, António Cabral; 4º Vogal, António Lemos.

O novo presidente da Comissão Política, António Dias da Costa, após

apresentar os votos de agradecimento pela confiança manifesta dos votantes, solicitou, em nome dos restantes membros eleitos, um minuto de silêncio em homenagem aos falecidos em Camarate no dia 4 de Dezembro de 1980.

A primeira declaração pública desta Comissão Política foi no sentido de censurar a posição tomada pelo Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas, CPCP, no que respeita ao seu apoio a um manifesto da Suíça, no passado dia 2, uma vez que esta matéria está completamente fora do âmbito das funções para que foram mandatados.

Contestaram igualmente a posição do deputado Carlos Luis, do PS, face à alteração da lei da nacionalidade, recentemente aprovada por unanimidade no parlamento, por considerarem incoerente da parte de um grupo parlamentar dar o seu acordo numa alteração legislativa sem a considerarem boa e, vislumbrando a apresentação de uma alteração rectificativa.

Congratularam-se com a iniciativa do seu companheiro e Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, de nesta fase da reestruturação consular ter previsto em breve abrir um centro emissor de bilhetes de identidade no Consulado-Geral de Portugal em Genebra e não desistir da luta pelos Consulados “sem papéis”.

Consideraram como prioritário na sua tarefa avançar já no início de 2004 com a criação de Gabinetes de Apoio junto da Comissão Política, previstos estatutariamente, e coordenarem com celeridade a criação de novos Núcleos do PSD na Suíça.

Esta nova Comissão Política do PSD manifestou igualmente estar aberta a todas e a todos os compatriotas que procurem lutar pelo bem estar da Comunidade Portuguesa na Suíça, respeitando as regras locais e democráticas.

Fonte: CPPSD/Suíça - AF Dias da Costa

José Luís Arnaut em Genebra na Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação

O Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro considerou, em Genebra, no passado dia 11, que a União Europeia falou “a uma só voz” na Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, ao defender uma proposta para facilitar o acesso dos países pobres à Internet.

José Luís Arnaut, que representou Portugal na cimeira, sublinhou tratar-se da primeira vez que tal acontece numa cimeira deste tipo, e isso graças ao empenho da presidência italiana e do comissário para as empresas e a sociedade da informação, Erkki Liikanen.

Em causa na cimeira, explicou o ministro, está evitar que a sociedade de informação e a Internet venham a ser uma barreira adicional entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Nesse sentido, “importa encontrar os mecanismos financeiros regulatórios e de massificação de modo a que as novas tecnologias sejam antes um meio de aproximação entre os países”, acrescentou.

A proposta, aprovada por unanimidade esta madrugada, aponta para um plano de acção para encontrar resposta a uma outra, apresentada pelo Senegal, visando a criação de um fundo digital para corrigir o equilíbrio entre países pobres e ricos no acesso às novas tecnologias da informação.

Concretamente, foi decidido criar uma “task force” junto do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, para “fazer o levantamento de todos os meios possíveis e a eventual necessidade da criação de um fundo digital”, referiu o Ministro-Adjunto.

Tal levantamento será apresentado na próxima cimeira da Sociedade da Informação, agendada para 2005 na Tunísia, na qual deverá ser criado um plano de acção.

Na intervenção fez na cimeira, José Luís Arnaut defendeu que a futura regulação das novas tecnologias deve obedecer ao princípio do respeito pela Carta dos Direitos Humanos e ser factor do desenvolvimento da liberdade. Disse ainda que a futura regulação da Internet tem de dar importância devida à língua portuguesa, enquanto sétima língua mundial, nomeadamente através da existência de conteúdos.

O ministro salientou o projecto piloto português “Campos Virtuais”, pioneiro a nível mundial, que permite o acesso sem fios à Internet dentro das universidades e destacou outras experiências portuguesas, nomeadamente o “Portal do Cidadão”, considerada uma espécie de Loja do Cidadão da terceira geração, e o “e-government”, referente a compras electrónicas pelos departamentos governamentais com significativas poupanças.

A cimeira, iniciada quarta-feira e que se prolonga até sexta, congrega 13.000 delegados, incluindo quatro dezenas de chefes de Estado, na sua maioria de países em desenvolvimento.

No seu discurso de abertura, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, apelou à comunidade internacional para pôr as tecnologias de informação ao serviço da democracia, defendendo que “a liberdade de opinião e de expressão é a pedra angular do desenvolvimento, da democracia e da paz”. – **Fonte: “Lusa”**



Conversações finais dos líderes europeus sobre o projecto da Constituição Europeia

Portugal só aceitará um documento que consagre a igualdade de todos

Portugal vai estar atento a compromissos de última hora que possam pôr em causa o interesse do nosso país nas conversações finais dos líderes europeus, sexta-feira e sábado em Bruxelas, sobre o projecto de Constituição Europeia.

Fonte portuguesa ligada às negociações defendeu “não haver muitas ameaças” aos interesses nacionais mas, mesmo assim, o primeiro-ministro, José Manuel Durão Barroso, estará “extremamente atento” a possíveis compromissos de última hora para satisfazer as pretensões da Espanha e Polónia, que constituem o principal obstáculo ao acordo final.

A convicção manifestada pela fonte à Agência Lusa é a de que “não será por causa de Portugal” que os chefes de Estado de Governo europeus dos 25 países da União Europeia (UE) alargada irão falhar um compromisso este fim-de-semana.

Lisboa receia, sobretudo, que a solução que for encontrada para dar satisfação à Espanha e à Polónia possa entrar em conflito com os interesses de Portugal.

Pretende-se substituir o actual sistema em que cada Estado-Membro tem uma ponderação de votos, por outro método mais simples, dependente da população de cada país.

As decisões passarão a ser tomadas por uma “dupla maioria” que teria de englobar mais de metade dos Estados-Membros, mas que no seu conjunto tivessem mais de 60 por cento da população da UE.

A Espanha e a Polónia recusam este sistema. Os dois países têm um peso em votos superior através do sistema actual acordada na Cimeira de Nice.

Espanha e Polónia pretendem manter um peso idêntico ao da Alemanha no processo comunitário de tomada de decisões, apesar de terem metade da população daquele país.

Portugal vê, por exemplo, como um desenvolvimento inaceitável que, para satisfazer Madrid e Varsóvia, o limiar da população da segunda maioria seja aumentado para uma percentagem superior aos 60 por cento.

Quanto mais elevado for esse valor, mais fácil será para os “grandes” países bloquearem qualquer proposta de lei feita pela Comissão Europeia, instituição que Lisboa quer valorizar na sua forma actual.

Portugal defende também a existência de um comissário europeu por Estado-Membro e pretende garantir que todos os países estejam em pé de igualdade em todas as fases do processo de escolha e atribuição de pelouros.

Pretende-se tornar mais eficiente esta instituição através de uma redução do número de comissários para 15 (proposta da Convenção) mas os novos membros recusam ficar sem comissário. O compromisso final deverá prever a existência de um comissário por Estado-membro, pelo menos até 2014. No caso de o número de comissários ser inferior ao de países, haverá uma “rotação igualitária” entre Estados-Membros.

Portugal defende a manutenção do actual sistema de presidências semestrais rotativas do Conselho de Ministros da UE, mas está disposto a aceitar pequenas alterações se estas não se afastarem muito do que existe actualmente.

Segundo a mesma fonte, Lisboa “valoriza muito” e irá continuar a bater-se para que fique enunciado expressamente na futura Constituição o princípio da igualdade entre os Estados-membros.

O primeiro-ministro português, José Manuel Durão Barroso, já tinha advertido a presidência italiana da UE, numa deslocação a Roma no fim de Novembro, de que só aceitará a nova Constituição europeia se o princípio da igualdade entre os Estados-membros ficar “consagrado expressamente”.



O Primeiro-Ministro e as Ministras de Estado e das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, protagonistas das grandes negociações em Bruxelas

Consagrar na futura Constituição o princípio da igualdade entre Estados-Membros.

O artigo 44 do texto que está a ser discutido prevê que, “em todas as suas actividades, a União respeita o princípio da igualdade dos seus cidadãos, que beneficiam de igual atenção por parte das instituições europeias”.

O governo português defende um artigo semelhante que consagre, na futura Constituição, não apenas o princípio da igualdade entre cidadãos, mas igualmente o da igualdade entre Estados-Membros.

Portugal também irá estar com “atenção” para que o princípio da coesão económica e social, que assegura a transferência de fundos das regiões mais ricas para as mais pobres da UE, como Portugal, fique consagrado, como tudo indica.

Por outro lado, Lisboa continua a insistir no sentido de que, no futuro, os detentores de cargos europeus importantes (presidente do Conselho Europeu e ministro dos Negócios Estrangeiros europeu) sejam eleitos por uma maioria simples dos Estados-membros.

O que se pretende com isto é que todos os candidatos fiquem com iguais possibilidades de serem eleitos, independentemente de serem nacionais de um país muito ou pouco populoso.

Uma referência à herança cristã europeia no preâmbulo da Constituição continua a ser reclamada por Portugal e países como Espanha, Itália, Polónia e Irlanda, com o apoio do Papa João Paulo II.

Guilherme Silva confiante na acção do Governo

O líder parlamentar do PSD, Guilherme Silva, disse hoje que poderá não haver acordo sobre o projecto de Constituição europeia no Conselho Europeu do fim-de-semana, embora preferisse que os trabalhos fossem concluídos no calendário previsto.

“Gostaria que os trabalhos fossem concluídos no calendário previsto, mas se estiver em causa um muito mau acordo, haverá com certeza outras oportunidades”, sublinhou o líder da bancada social-democrata após um encontro com o primeiro-ministro, na Residência Oficial de S. Bento.

Guilherme Silva sustentou que o governo “não deixará de bater-se por um acordo de base mínima” que não importe prejuízo para Portugal.

O presidente da bancada parlamentar do PSD considerou “muito importante” que se mantenha o equilíbrio institucional da União e que “não se sacrifique o interesse vital português”. – Fonte: Lusa

Da Madeira

Plano Regional de Acção para a Inclusão integra «excluídos sociais»

O Plano Regional de Acção para a Inclusão (PRAI) da Madeira prevê a criação de vários programas, no âmbito do Instituto de Emprego insular, para apoiar 1.380 desempregados, 55 pessoas carenciadas e 40 toxicodependentes.

Esta medida está incluída no texto daquele projecto, elaborado na sequência de orientações europeias e nacionais destinadas a apoiar pessoas com problemas de exclusão social, apresentado no Funchal no fim de Novembro.

As metas do PRAI foram descritas pela directora regional da Segurança Social madeirense, Fátima Aveiro, que apontou ainda que, na área da sua tutela, estão previstas, entre outras, o apoio a mais de 95 por cento dos beneficiados com acordos de inserção e programas personalizados, a construção de um lar para 40 utentes (pessoas com deficiência) e de duas novas casas de abrigo para vítimas de violência doméstica.

Do leque de acções previstas consta ainda a criação de sete novos lares para idosos, dois novos centros de acolhimento para crianças e jovens em perigo, um lar de autonomização para jovens, o aumento do número de famílias de acolhimento, prevenção primária da toxicod dependência e a realização de

um estudo sobre “prevalência da toxicod dependência em meio laboral”.

Outra área incluída no PRAI é o Instituto de Habitação da Madeira, que aponta, na sua lista de objectivos, a construção de novas habitações económicas para mil famílias, fogos sociais para outras 600 e a recuperação de imóveis para 450 famílias.

A sessão de apresentação contou com a presença da secretária regional dos Assuntos Sociais da Madeira, Conceição Estudante, que defendeu que a eficácia da intervenção na resolução nos vários problemas que levam à exclusão social passa pelo conjugar de esforços entre todas as entidades, públicas e privadas, que desencadeiam acções de apoio destinadas aos “mais vulneráveis”.

O projecto estabelece quatro objectivos principais: promover a participação no emprego e acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços nas diversas áreas; prevenir os riscos de exclusão; actuar em favor dos mais vulneráveis e mobilizar o conjunto dos intervenientes.

Fátima Aveiro salientou ainda que o número de parceiros envolvidos neste plano poderá ser alargado no decorrer do tempo da sua realização.

– Fonte: Lusa

Pescas

Sevinate Pinto considera excessivas as novas propostas da CE

O Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas considera “excessiva” a proposta avançada na passada quinta-feira pela Comissão Europeia, que aponta para uma redução drástica da possibilidade de pesca dos pescadores portugueses, afirmou fonte oficial do Ministério, avançando que “... Apesar de reconhecer que a situação de alguns recursos, como o lagostim e a pescada, é preocupante, o Ministério considera que a redução de capturas e as medidas de gestão propostas pela Comissão são excessivas”.

A proposta deixou “muito preocupado” o ministério tutelado por Armando Sevinate Pinto que promete, no conselho de ministros da Agricultura e Pescas da União Europeia, a 16 de Dezembro, lutar “por uma solução de compromisso mais equilibrada”.

De qualquer forma, alguma redução do esforço de pesca dos portugueses deverá ser inevitável. A Comissão Europeia propôs, em Bruxelas, uma redução drástica das possibilidades de pesca dos pescadores portugueses, em 2004, que no caso de algumas espécies vai até aos 70%. - Lusa



Ministério da Ciência e Ensino Superior revê o regulamento das Bolsas e altera o conceito de “carenciado”

64.000 bolseiros neste ano lectivo

A bolsa mínima paga pelo Estado aos estudantes do ensino superior público vai cobrir o valor da propina fixada pelas instituições, que pode variar entre 463 e 852 euros anuais, de acordo com um despacho governamental datado do passado dia 2 de Dezembro.

O diploma do Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES) que revê o regulamento de atribuição de bolsas já foi enviado às instituições de ensino superior e será aplicado neste ano lectivo.

Ao abrigo do documento, é alterado o conceito economicamente carenciado, uma vez que o valor da capitação média mensal do agregado familiar é modificado, no cálculo da bolsa base mensal, no seu pagamento e nas prestações complementares.

Assim, passa a ser considerado um estudante economicamente carenciado aquele em que o rendimento de cada um dos membros do agregado familiar é inferior a 430 euros mensais.

Este valor é calculado multiplicando o salário mínimo nacional (356 euros)

por 1,2. Até agora o cálculo era feito multiplicando o valor do salário mínimo apenas por um.

A bolsa máxima, segundo fonte do Ministério, pode ir até aos 528 euros mensais, mas apenas dois por cento dos bolseiros deverão receber este valor.

O diploma tem ainda um artigo relacionado com o pagamento aos estabelecimentos de ensino que tiverem fixado uma propina de valor superior ao valor mínimo (463 euros anuais).

Quando a propina fixada pelas escolas for superior a 463 euros, o montante excedente da bolsa é pago directamente pelo Estado aos estabelecimentos de ensino.

Os estudantes que não tenham já requerido bolsas de estudo para o ano lectivo que agora começou ficam abrangidos por esta nova definição e podem ainda apresentar candidatura.

No ano lectivo de 2003/2004, o Governo prevê atribuir bolsas a 48.819 dos 58.567 estudantes que se candidataram a bolseiros no ensino superior público.

Para o ensino privado, as previsões do MCES indicam que serão atribuídas bolsas a 15.019 dos 22.273 candidatos. – Fonte: Lusa

Primeiro-Ministro de Singapura em visita oficial a Portugal foi recebido por Durão Barroso



O Primeiro-Ministro português, Durão Barroso, recebeu o seu homólogo de Singapura, Chok Tong, no passado dia 2. Após as conversações, declararam-se favoráveis à conclusão de um acordo de liberalização do comércio entre a UE/Singapura e UE/Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

“Pensamos ser do interesse da Europa estar mais presente na região asiática”, declarou Durão Barroso, frisando que a aposta portuguesa é no modelo “free but fair trade” (comércio livre, mas justo).

Chok Tong, por seu lado, insistiu em que os objectivos da sua visita são reforçar, primeiro, o acordo UE/Singapura para, depois, avançar para o plano da UE: a melhoria das relações bilaterais com Portugal passa pela participação do sector privado na economia nacional.

“Com o próximo alargamento da UE, Singapura pode ser um bom parceiro no Sudeste Asiático”, augurou.

Numa conferência de imprensa conjunta dada em Lisboa, Durão Barroso começou por se congratular com esta primeira visita oficial de dois dias de um chefe de governo de Singapura a Portugal, em resposta a um convite por si

feito quando esteve naquele país.

“Em política partilhámos posições comuns, nomeadamente em questões internacionais como o combate ao terrorismo, democracia e economia de mercado”, afirmou, destacando o “potencial” para o desenvolvimento das relações bilaterais.

«Pistas a seguir» na vertente cultural

Na vertente cultural, o chefe do governo português apontou “importantes pistas a seguir”, lembrando que os portugueses chegaram em 1511 a Singapura, país onde existem hoje pequenas colectividades de luso-descendentes com apelidos como Rodrigues, Sousa ou Silva.

“Há oportunidades para trocar experiências e conhecimentos do ponto de vista histórico-cultural”, indicou.

Neste sentido, admitiu a assinatura de um “memorandum of understanding” (protocolo de entendimento) para intercâmbio de arquivos históricos, dando a Singapura acesso aos acervos de Portugal.

“Há matéria muito interessante sobre os primeiros contactos dos portugueses” naquela região, assinalou, anuindo em que será do interesse de ambas as partes, com parceria local, avançarem para o terreno fundações como a Gulbenkian e a Oriente.

O sector económico e comercial é, segundo Durão Barroso, “pouco significativo”, relevando a presença da Autoridade do Porto de Singapura em Sines (Grupo PSA).

O líder do executivo português recordou que, na última cimeira luso-espanhola, foi aprovada uma ligação ferroviária mais directa, a ficar pronta em 2007, entre Sines - onde os primeiros navios deverão poder atracar em 2004 - e o resto da Europa, através de Espanha.

Durão Barroso precisou que, sendo as relações económicas da “esfera dos privados”, os governos de Portugal e Singapura “só podem encorajar o seu desenvolvimento”.

“O interesse de Portugal é grande, maior desde a independência de Timor-Leste e vai ser reforçado”, prometeu, ironizando que a pequena dimensão nacional não é “significativa” numa economia globalizada.

“Vamos aproveitar as oportunidades”, asseverou.

Finalmente, o Primeiro-Ministro português disse ter falado com o seu homólogo acerca dos actuais momentos da parceria transatlântica e da União Europeia (UE), designadamente a Conferência Intergovernamental (CIG) e o próximo alargamento a mais uma dezena de países, a 01 de Maio de 2004.

Chok Tong seguiu da residência oficial para a Assembleia da República, onde almoçou a convite do seu Presidente, João Bosco Mota Amaral.

– Fonte: Lusa

Lisboa abdica de financiamentos a favor de autarquias mais pequenas

Lisboa está disposta a abdicar dos benefícios de uma alteração à lei que permite às autarquias novas formas de financiamento, de modo a proporcionar uma maior coesão nacional, disse Pedro Santana Lopes, presidente da Câmara da capital.

O presidente da Câmara de Lisboa, que falava na Maia, numa recepção que lhe foi dedicada antes do jantar comemorativo da tomada de posse do novo líder distrital da JSD/Porto, Daniel Figueiro, referiu-se à “janela de oportunidade” mostrada pela ministra das Finanças para, conforme a economia portuguesa evoluir, permitir às autarquias novas formas de financiamento, nomeadamente o fim do “endividamento zero” actualmente imposto.

“Estou disposto - e penso que o meu colega do Porto também - a fazer com que Lisboa não seja abrangida na alteração da legislação sobre receitas municipais, de modo a permitir que as autarquias mais pequenas possam sair beneficiadas”, afirmou Pedro Santana Lopes.

“Não podemos falar de amor pela coesão nacional e depois adoptar comportamentos como os de antes, que só aumentavam as assimetrias”, prosseguiu o presidente lisboeta.

Falando em consonância com o Presidente da Distrital do Porto, Marco António Costa, Santana Lopes defendeu a transferência completa para outras cidades do país, de diversos ministérios, afirmando que na era da Internet não tem lógica manter a excessiva concentração actualmente registada na capital.

“Porque é que os dirigentes da Administração Pública são quase todos de Lisboa? A transferência de ministérios permitiria que o país se tornasse de facto num todo”. – Fonte: Lusa

Cimeira do «Diálogo 5+5»

Durão Barroso em Tunes defende diálogo de culturas e civilizações



O presidente Bouteflika, Durão Barroso e Ana Palácios

O Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso, representou Portugal na primeira cimeira de chefes de Estado e de Governo que se realizou na sexta-feira e sábado passados, na capital da Tunísia, Tunes, durante a qual foi dada forma permanente ao chamado “Diálogo 5+5”, um grupo composto por cinco países do sul da Europa - Portugal, Espanha, Itália, França e Malta - e por cinco do norte de África - Argélia, Marrocos, Líbia, Mauritânia e Tunísia.

Temas como a segurança, com destaque para o problema da imigração ilegal, a cooperação e a luta contra o terrorismo fizeram parte da agenda da cimeira, que formaliza o “Diálogo 5+5”, até agora um quadro informal de debate entre o sul da Europa e o Magrebe.

A imigração ilegal foi um dos temas debatidos tendo os países do Magrebe sustentado a tese de que não têm meios suficientes para combater a imigração clandestina, pedindo por isso ajuda à União Europeia.

A Itália estima que mais de um milhão de pessoas aguardam no Magrebe uma travessia clandestina em direcção à sua costa, através do estreito da Sicília.

O governo italiano considera que esta questão exige uma “coordenação europeia”, uma vez que “diz respeito não apenas à Itália ou aos países da bacia do Mediterrâneo mas a toda a Europa” e pede uma intervenção nos países de origem dos imigrantes ilegais.

A imigração clandestina tem sido também um sério problema para o governo espanhol, com o estreito de Gibraltar a servir de porta de entrada a muitos africanos que procuram entrar na Europa, a apenas 20 quilómetros de distância.

Além deste percurso, em que morrem muitos imigrantes em naufrágios devido ao estado do mar e

ao tipo de embarcações utilizadas, quase sempre barcos insufláveis, geralmente sobrelotados, as ilhas Canárias servem também de entrada, porque se situam a apenas 80 quilómetros das costas do Saara Ocidental e têm águas normalmente calmas.

O rei de Marrocos, Mohammed VI, tinha anunciado em Novembro a criação de uma direcção para definir a estratégia nacional na luta contra as redes clandestinas de tráfico de seres humanos.

A luta contra o terrorismo foi outro dos temas tratados na cimeira. Esta foi, à partida, uma questão pacífica, porque, especialmente a Tunísia, Marrocos e a Argélia, apesar de serem países árabes, têm sido alvo de acções de fundamentalistas islâmicos.

Este tema está também a ser examinado pelo secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, que nos dois dias anteriores fez o que a imprensa chamou de “um périplo relâmpago” por três países do Magrebe - Marrocos, Tunísia e Argélia.

Analistas políticos encaram esta deslocação de Powell, imediatamente antes da cimeira do “Diálogo 5+5”, como uma prova do manifesto interesse estratégico dos Estados Unidos na região do Magrebe.

O reforço da cooperação no Mediterrâneo ocidental tem interesse para os países do sul da Europa, principalmente a nível económico, e pelos países do Magrebe é encarado como um acesso real, mas ordenado, à União Europeia.

Para preparar a cimeira que formalizou o grupo, os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países integrantes do “Diálogo 5+5” tinham estado reunidos no final de Outubro, no Castelo de Esclimont, nos arredores de Paris.

Este “Diálogo 5+5” foi uma ideia lançada pela França em 1983 e concretizada em 1990. Foi relançada durante uma reunião ministerial em Lisboa, em 2001, com a formalização a ser atrasada devido às tensões decorrentes do conflito no Médio Oriente e a alguns conflitos bilaterais, como o diferendo em relação ao Saara Ocidental, entre Marrocos e a Argélia.

O cenário da conferência

Bandeiras dos dez países participantes na I cimeira de chefes de

Kadhafi, da Argélia, Abdelaziz Bouteflika, o rei de Marrocos, Mohammed VI, e o primeiro-ministro da Mauritânia, Essegir Ould M'Barek, chegaram quinta-feira a Tunes e participaram no mesmo dia numa reunião de concertação, promovida pelo presidente tunisino, Zine el Abidine Ben Ali.

O Primeiro-Ministro de Portugal foi recebido à chegada, com honras militares, pelo Chefe de Estado da Tunísia e à margem da cimeira teve, ainda na sexta-feira, um encontro com Jacques Chirac, no qual participou a ministra dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, Teresa Gouveia. À noite, Durão Barroso participou no jantar oficial em honra dos chefes de delegação, oferecido pelo presidente tunisino.

O Presidente francês, Jacques Chirac, estava já em Tunes para uma visita oficial de três dias, que terminou na quinta-feira; Itália, Espanha e Malta são representadas no encontro pelos respectivos chefes de governo, estando ainda presentes o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi e o Comissário europeu para a Política Externa, Javier Solana.

A cimeira mereceu grande destaque em todos os meios de comunicação tunisinos, estatais e privados.

O jornal independente “Le Temps” publicou na primeira página as fotografias dos chefes de Estado e de Governo, e entrevistas com os embaixadores de Portugal, Itália e Malta em Tunes. Na entrevista ao Le Temps, o embaixador de Portugal em Tunes, Aristides Gonçalves, realça os



À margem da conferência, Jacques Chirac e Durão Barroso mantiveram um encontro bilateral

Estado e de Governo do “Diálogo 5+5”, ornamentavam as principais avenidas da capital tunisina, na qual se registava um forte dispositivo policial.

Os presidentes da Líbia, Muammar

“interesses e conceitos de base” que unem os países dos Dez (5+5) “para fazer face a problemas comuns”.

Esta cimeira é a primeira no âmbito do “Diálogo 5+5”, pois nas anteriores



Cimeira do «Diálogo 5+5»

(conclui)

reuniões os países-membros tinham sido representados a nível de ministros dos Negócios Estrangeiros.

Os chefes da diplomacia dos 10 prepararam a declaração final, que foi aprovada pelos líderes dos participantes e tornada pública no sábado. Teresa Gouveia fez parte, por Portugal, desse grupo de trabalho. A sessão de trabalho ao mais alto nível decorreu no sábado de manhã, à porta fechada, seguindo-se a conferência de imprensa final.

A Declaração Final; Durão Barroso propõe Fundação para o Diálogo entre culturas e civilizações

A declaração de Tunes saída da I Conferência de Chefes de Estado e de Governo do Mediterrâneo Ocidental destaca a luta contra o terrorismo, a imigração ilegal e o relançamento do processo de paz no Médio Oriente.

A novidade em relação ao documento aprovado na Conferência de ministros dos Negócios Estrangeiros do Diálogo “5+5”, no ano passado, em Trípoli, na Líbia, é a referência ao conflito no Médio Oriente, uma vez que existe o consenso de que deve ser aplicado o “roteiro para a paz”.

O reforço da cooperação na luta contra o terrorismo é outro ponto de destaque no documento, estando prevista a troca de informações entre os Ministérios do Interior dos Dez para garantir medidas mais eficazes de prevenção contra eventuais ataques.

Os chefes de Estado e de Governo manifestaram ainda apoio à iniciativa do presidente tunisino, Zine El Abidine Ben Ali, sobre a criação de um Código de Conduta Internacional para a luta contra o terrorismo.

Além da segurança no Mediterrâneo ocidental, ficou o compromisso de reforçar a cooperação em praticamente todos os domínios, desde o político, ao económico e cultural.

O documento refere a importância da União Europeia (UE) “acompanhar o seu processo de alargamento de um esforço paralelo de apoio aos países da margem sul do Mediterrâneo ocidental”.

A nível económico, e tal como na declaração de Trípoli, os Dez voltam a sublinhar o interesse de criar um Gabinete Euro-Mediterrânico de Investimento e Parceria, com o objectivo de vir a criar no futuro o Banco Euro-Mediterrânico.

Os líderes comprometeram-se ainda a intensificar a luta contra a imigração ilegal, que afecta especialmente a França e a Itália, enquanto países de destino, e Marrocos e a Tunísia, como países de origem ou servindo de “porta de entrada” na Europa de imigrantes da África subsariana.

A criação de uma fundação para o diálogo entre culturas e civilizações foi

uma ideia destacada pelo Primeiro-Ministro português,

Em termos políticos, a questão do Iraque também mereceu referência, e, apesar das divergências em relação à intervenção militar, houve consenso quanto à necessidade de restabelecer a soberania deste país e “a salvaguarda da unidade do seu povo e da sua integridade territorial”.

Durão Barroso na conferência de Imprensa: em

de reuniões mais frequentes entre os ministros do Interior dos Dez.

Apesar de realçar que os países do Mediterrâneo ocidental não fazem “qualquer confusão entre terrorismo e islamismo”, o chefe do governo português afirmou que os países da margem sul, onde “há um recrudescimento de movimentos de natureza fundamentalista”, podem fornecer informações importantes para todas as forças e dispositivos de prevenção do terrorismo.

A uma pergunta sobre o teor do

alterações dentro desses princípios”, afirmou, garantindo que nunca defendeu o fim do Pacto de Estabilidade e Crescimento, considerando que tinha sido “obviamente” mal interpretado nas declarações que proferiu sexta-feira em Paris.

A declaração então proferida pelo Primeiro-Ministro afirmava apenas que “Mesmo se o Pacto, como está actualmente desenhado, desaparecer, tem de ser substituído por um mecanismo muito similar” uma frase



Durão Barroso chega ao Palácio Matignon, antes de se dirigir aos embaixadores da OCDE, com o Primeiro Ministro Raffarin

Portugal é fundamental garantir a consolidação orçamental e o desenvolvimento económico

Na conferência de imprensa que, na capital tunisina, marcou o final da I Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do “Diálogo 5+5”, Durão Barroso sublinhou que o facto de se terem encontrado “tantos pontos de convergência” nesta questão é prova do “diálogo franco” que existe entre os Dez.

O Primeiro-Ministro destacou a importância do consenso sobre o Iraque obtido na Declaração de Tunes, apesar das “sensibilidades diferentes” entre as duas margens do Mediterrâneo Ocidental.

O primeiro-ministro destacou o compromisso dos países que integram o “Diálogo 5+5”, de reforçarem a cooperação em quase todos os domínios, nomeadamente político, económico, social e cultural e de não abrandarem esforços na luta contra o terrorismo, a imigração ilegal e o relançamento de paz no Médio Oriente.

A cooperação no combate ao terrorismo mereceu de Durão Barroso uma referência especial ao sublinhar o reforço da troca de informações através

encontro que manteve quinta-feira, à margem da cimeira, com o presidente francês, Jacques Chirac, Durão Barroso afirmou que falaram da cimeira europeia da próxima semana e sobre a Conferência Inter-Governamental.

O primeiro-ministro afirmou ter lançado um apelo ao presidente francês no sentido de que “a Europa precisa de confiança, de uma linha de rumo”, acrescentando que a França “pelo grande peso que tem”, deve ser o primeiro país a “mostrar uma ideia da Europa e não apenas a defesa do seu interesse nacional”.

Sobre a futura Constituição europeia, Durão Barroso manifestou-se “preocupado” com a falta de avanços em algumas questões, nomeadamente sobre a ponderação de votos.

No entanto, chefe do Governo português sublinhou que partilha da posição de Chirac de que “mais vale não haver acordo do que haver um mau acordo”.

Ainda em resposta a perguntas de jornalistas, Durão Barroso reiterou que os princípios essenciais do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) da Zona Euro devem manter-se, mesmo no caso de se avançar para alterações a alguns dos princípios do documento.

“Somos favoráveis aos princípios essenciais do PEC, mas admitimos

condicional e de cenário alternativo, que de modo algum pode ser compreendida como uma defesa do fim do Pacto. Além disso, tinha sido muito claro, em Paris, quando afirmou que “No essencial, mais do que questionar o pacto, podemos ponderar o seu melhoramento”. Na ocasião, Durão Barroso comentava a polémica provocada pelo adiamento das sanções previstas no Pacto de Estabilidade e Crescimento à França e Alemanha por terem ultrapassado o limite estipulado de 3 por cento de défice público face ao Produto Interno Bruto. Na sua opinião, as alterações devem “assegurar que [o Pacto] possa ser eficiente nos ciclos económicos altos e baixos”, com uma ênfase mais forte na necessidade de ajustar o défice estrutural em 0,5 por cento do PIB, como está definido.

“De qualquer forma, a ambiguidade das regras é inaceitável”, tinha afirmado, na altura.

De resto e já a terminar a sua intervenção na conferência de Imprensa, Durão Barroso reiterou que, mesmo que o pacto acabasse, o governo português manteria a sua política de redução do défice de forma a garantir a consolidação orçamental e o desenvolvimento económico.

– Fontes:Lusa, RTP, Público

O Primeiro Ministro fala ao Conselho de Embaixadores da OCDE



Antes de seguir para Tunes, na sexta-feira de manhã, Durão Barroso visitou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), onde se reuniu com o secretário-geral, Donald J. Johnston e fez uma intervenção no Conselho de Embaixadores junto daquela organização.

Nessa intervenção o Primeiro-Ministro admitiu a substituição do actual pacto de disciplina orçamental que liga os países da Zona Euro por “um mecanismo disciplinador das finanças públicas mais eficiente pois – disse – “... mesmo se o Pacto, como está actualmente desenhado, desaparecer, tem de ser substituído por um mecanismo muito similar”.

Perante o conselho de embaixadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, afirmou que “No essencial, por isso, mais do que questionar o pacto, podemos ponderar o seu melhoramento”, num comentário à polémica provocada pelo adiamento das sanções previstas no Pacto de Estabilidade

e Crescimento à França e Alemanha por terem ultrapassado o limite estipulado de três por cento de défice público face ao Produto Interno Bruto.

Na sua opinião, as alterações devem “assegurar que [o Pacto] possa ser eficiente nos ciclos económicos altos e baixos”, com uma ênfase mais forte na necessidade de ajustar o défice estrutural aos 0,5 por cento do PIB, como está definido. “De qualquer forma, a ambiguidade das regras é inaceitável”, considerou.

O Primeiro-Ministro assegurou que a política económica que definiu para Portugal, será mantida e frisou o apoio e admiração que a OCDE lhe manifestou pelas reformas que o governo português está a levar a cabo.

Durão Barroso elogiou a “perspectiva moderna e racional” que esta organização tem da economia, pelo que quis apresentar pessoalmente as reformas estruturais do governo.

Na sua intervenção, defendeu para Portugal “um novo modelo económico de crescimento, baseado em menos governo, impostos mais baixos mais e melhor qualidade de investimento, estrangeiro, mais exportações e maior inovação”.

Mostrou-se empenhado em alcançar um equilíbrio das finanças públicas reduzindo o défice estrutural em 0,5 por cento do PIB por ano, através do controlo das despesas públicas e reformas estruturais, e reafirmou a intenção de baixar os impostos em 2006.

Previu ainda que o défice da conta corrente baixe para cerca de 3 por cento em 2003, contra 9 por cento em 2001 e 6 por cento em 2002, e espera que exportações cresçam até 3 por cento em 2003, apesar da conjuntura económica desfavorável.

Nesta primeira visita à OCDE, Durão Barroso reuniu-se com o secretário-geral, Donald J. Johnston, que qualificou de “notável” o trabalho apresentado pelo Primeiro-Ministro português.

Na conferência de imprensa que se seguiu, Durão Barroso reconheceu que “o que se passou no Ecofin é preocupante e admito que ficou uma percepção de falta de credibilidade do PEC”. Declarou, por isso, que Lisboa está atenta a “sugestões para salvar o PEC” e que apoiará uma revisão parcial, embora considere prematuro dizer que haverá uma alteração e recusando avançar com propostas. – **Fonte:**

Lusa

Em França

Presidente do PSD reúne-se com emigrantes portugueses em Paris

Durão Barroso, esteve presente num jantar em memória de Francisco Sá Carneiro, organizado por personalidades integrantes das estruturas do PSD em França, que assinalaram o 23º aniversário do desaparecimento do fundador e primeiro líder social-democrata.

No jantar, ao qual estiveram presentes mais de 200 pessoas, militantes do PSD, simpatizantes e personalidades da comunidade portuguesa em França, o Primeiro-Ministro de Portugal falou da política económica do Governo, afirmando que está a ser fiel à memória do fundador do PSD. “Ainda hoje, a primeira referência para a minha acção e do meu governo é Francisco Sá Carneiro”, começou por dizer aos presentes no jantar.

Lembrando que foi Sá Carneiro quem primeiro reconheceu o direito de voto aos emigrantes, Durão Barroso salientou a política de apoio às comunidades portuguesas no estrangeiro que o seu governo prossegue.

Afirmou ainda que foi também e em boa parte na defesa dos interesses dos portugueses que vivem em França, que Portugal aceitou o adiamento das sanções contra a França e a Alemanha por terem infringido o Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Na sua opinião, seria uma “irresponsabilidade” prejudicar “um país onde vivem tantos portugueses e que partilha interesses com Portugal”.

Por outro lado, defendeu continuação firme da política de contenção da



despesa pública portuguesa, porque “o país não pode continuar a viver acima das suas possibilidades”, como vivia até ao ano passado.

“Melhor que ninguém, os emigrantes portugueses percebem que nada se consegue de forma honesta, sem trabalho”, disse Durão Barroso que reconhece que há algumas queixas, mas acredita que, no final, a análise vai ser favorável à sua governação.

Referindo sinais animadores para a economia no próximo ano, prevê anos de franco crescimento económico em 2005 e 2006, “mas só política de rigor é que pode libertar os meios” para a recuperação do país.

“Não há escapatória nem para o lado direito nem para o lado esquerdo. Temos de seguir em frente na via do rigor”, insistiu, pois “só assim somos fiéis à herança de Sá Carneiro, não dizendo o que seria mais agradável de ouvir”, mas tendo – como dizia o antigo Primeiro-Ministro – a coragem de “ir contra o vento, contra o que é convencionalmente aceite”.

A terminar revelou que no dia em que recebeu a notícia da morte de Sá Carneiro se encontrava em Genebra, e que apanhou o primeiro avião para Lisboa. Embora na altura já estivesse ligado ao PSD através de amigos, adериu formalmente ao partido no dia seguinte à sua chegada por acreditar que “era preciso continuar o trabalho” do fundador do PPD/PSD.

Na mesa do primeiro-ministro destacavam-se o embaixador português junto da OCDE Basílio Horta, o secretário de Estado das Comunidades, José Cesário, e o deputado do PSD eleito pelo círculo da Europa, Carlos Gonçalves.

PSD presente no V Congresso do MPLA

Morais Sarmiento, Mário David e Matos Rosa representaram o nosso partido

Representantes do nosso Partido e de outras forças políticas portuguesas estiveram presentes em Luanda, no V Congresso do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que decorreu dias 6 e 9.

A nossa delegação era formada pelo Vice-Presidente, Nuno Morais Sarmiento, por Mário David, presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD e pelo Secretário Geral Adjunto Matos Rosa.

No V Congresso do MPLA, que decorreu sob o lema “Paz, Reconciliação Nacional e Desenvolvimento”, os 1.500 delegados reelegeram para a presidência do partido actual chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos.

Os trabalhos decorreram no recinto da Feira Internacional de Luanda (FILDA) e o MPLA convidou para assistir ao Congresso, 40 representantes de “partidos amigos do MPLA em todo o mundo”.

O Comité Central do MPLA é composto por 281 membros, perante os quais e os restantes congressistas, o discurso de abertura do Congresso foi proferido por José Eduardo dos Santos, que nas suas palavras, assumiu um compromisso definitivo com a Democracia.

O Presidente do MPLA e presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, afirmou nesse discurso que o partido não pode continuar a viver “à moda antiga” e tem de se preparar para as eleições, em pé de igualdade com as outras formações políticas angolanas.

“A militância exige paixão, dedicação e inteligência. É uma livre opção de vida, mas exige coerência”, lembrou Eduardo dos Santos aos congressistas. Referiu ainda que no passado o MPLA era o centro e único animador de todo o sistema e não precisava de disputar o poder com outras forças políticas, mas



hoje tem de estar preparado para disputar eleições municipais e legislativas.

“Sem adversários não há jogo e quando todos têm as mesmas oportunidades, a vitória só sorri a quem tem melhores argumentos.

Eu confio nos nossos”, disse.

Na preparação para os novos desafios a sair do V Congresso, Eduardo dos Santos mencionou a profunda reforma dos Estatutos, “para modernizar e democratizar o MPLA”, consagrando o pluralismo de opinião e de crítica ao admitir a liberdade de correntes, mas refutando a organização de tendências, “que poderiam pôr em causa a unidade partidária”.

O projecto de programa que foi apreciado pelo Congresso vai em igual sentido, ao encerrar “as liberdades individuais como

sagradas e sustentáculo da paz” e defender “os grandes designios nacionais como a democracia e a transparência”.

A abertura da televisão ao sector privado foi uma das medidas que anunciou “para garantir o pluralismo da informação”.

Declarando que “o MPLA é sensível à crítica e tem espírito de auto-crítica, estando a fazer esforços para melhorar a sua prestação”, José Eduardo dos Santos revelou que o projecto de programa em análise confirma o abandono das teses de dirigismo económico em benefício do aprofundamento da democracia política e económica, com a redução gradual e sustentada da intervenção do Estado na economia.

“No processo de reformas económicas já se registaram avanços significativos, como a desaceleração da inflação”, comentou, apontando para 2004 a meta de 20 por cento.

Entre os objectivos a atingir em 2004, Eduardo dos Santos inscreveu a diminuição da dolarização da economia, a protecção das poupanças e



PSD presente no V Congresso do MPLA

«Abre-se agora aos Angolanos a perspectiva da reconciliação e da reconstrução»

rendimentos do trabalho em moeda nacional e o reforço da confiança dos investidores no mercado angolano.

A remoção de imperfeições na concorrência com vista à redução dos preços, o estímulo à expansão de instituições financeiras e ao sector não-petrolífero são medidas que reputou como necessárias.

José Eduardo dos Santos anunciou também que o governo vai aumentar em 33 por cento as despesas de carácter social, já em 2004 articulando-as com medidas de desagravamento fiscal, “com vista a uma maior justiça social”.

É o caso da aplicação da taxa zero no imposto de consumo sobre bens nacionais e da isenção do imposto sobre o rendimento do trabalho até oito mil kuanzas (cerca de cem euros) “para proteger os rendimentos dos mais desfavorecidos”.

O discurso de Mário David, presidente da Comissão de Relações Internacionais do PSD

Em nome da delegação do PSD ao Congresso, falou o dr. Mário David, presidente da Comissão de Relações Internacionais que afirmou:



Sua Exa., senhor Presidente da República, Eng. José Eduardo dos Santos, permita-me que em si saúde, de forma muito particular e sentida, o estadista que conduziu Angola à Paz, a uma sociedade pluripartidária, tolerante e reconciliada, garante da liberdade, da solidariedade e dum caminho seguro para a democracia,

Caros Convidados, sendo-me aqui permitida uma menção muito especial aos Partidos amigos dos Países de Língua Portuguesa, nomeadamente à FRELIMO, PAIGC, PAICV e MLSTP/PSD, e uma palavra também para os representantes dos outros Partidos políticos portugueses aqui presentes,

Ilustres Congressistas, Senhoras e Senhores, Caros Amigos

Ao ter o privilégio de me dirigir ao V Congresso do MPLA, começo por exprimir, em nome do PSD, Partido Social Democrata de Portugal, e muito especialmente do nosso Presidente e Primeiro-Ministro, Dr. José Manuel Durão Barroso, uma palavra de saudação fraterna a todos os militantes do MPLA, assim homenageando também todos os esforços para a construção da Democracia, da Paz e do Desenvolvimento da Nação Amiga que é Angola.

É uma saudação que vos dirijo com particular orgulho e emoção, como português que sou, mas principalmente como angolano de nascimento, mais



concretamente como quiôco.

O convite amigo, que muito nos honra, traduz bem mais que um simples gesto de cortesia. E isto porque os nossos dois Partidos sempre souberam colocar os interesses dos povos que maioritariamente representam, acima de quaisquer diferenças de carácter programático. E assim pudemos construir e cimentar, ao longo dos 28 anos difíceis que Angola atravessou, uma estreita relação de respeito, solidariedade e amizade.

A tradicional importância dum Congresso partidário é hoje aqui valorizada por ser o primeiro celebrado em paz. Uma paz há tanto esperada, conseguida, é importante sublinhá-lo, pelos próprios angolanos, nalguns momentos contra tudo e contra todos, e que finalmente veio para ficar. Conquistada a independência e a liberdade, abre-se agora aos Angolanos a brilhante perspectiva da reconciliação e de reconstrução de um país à medida da grandeza do seu Povo.

Cabe ao vosso Partido, ao MPLA, a responsabilidade de conduzir e



PSD presente no V Congresso do MPLA

Morais Sarmento:

«O Presidente de Angola traçou com clareza o compromisso com a Democracia e o Desenvolvimento»



concretizar essa ansiada mudança. É este aliciente desafio de consolidar a democracia, os direitos humanos e o Estado de Direito, e fomentar o desenvolvimento económico e social de Angola, que se debate nestes dias. Por sabermos da vossa determinação e empenhamento, estamos confiantes no futuro de Angola.

Um futuro que já começou e que não é indiferente para os portugueses. Se a distância nos separa, todos sabemos que, muito para além da língua, nos ligam uma vivência e proximidade afectiva entre os nossos povos, que constituem a base para uma aposta estratégica entre Angola e Portugal.

E se fosse necessário demonstrá-lo, bastaria recordar, para além das importantes comunidades angolana residente em Portugal e portuguesa residente em Angola, o significado e o sucesso da recente visita oficial do Primeiro-Ministro de Portugal ao vosso País, e as novas perspectivas abertas pela convergência de posições entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o Primeiro-Ministro Durão Barroso.

Esperamos que essa visita, pelo alto relevo que também lhe quiseram conferir as autoridades angolanas, e pelo significado e potencial de cooperação,

tenha sido o lançamento duma nova e decisiva fase na relação entre os nossos dois povos.

Senhor Presidente, senhores Congressistas, nós no PSD dizemos com convicção que temos confiança no vosso futuro, que acreditamos na vossa capacidade de liderança. Podemos e devemos trabalhar para construir um futuro comum assente na amizade, no respeito e no benefício mútuos.

Pela nossa parte, queremos aproveitar esta oportunidade para nos conhecermos ainda melhor. Para todos nós, qualquer aprofundamento no nosso relacionamento não é uma opção – é uma necessidade que devemos e queremos ter bem presente. Tal depende inteiramente de nós. E foi para reiterar esse compromisso que aqui viemos, como amigos de há longa data.

Este é um momento decisivo para Angola e para os Angolanos. E como amigos que somos não podíamos faltar à chamada neste momento.

Estivemos, sempre, ao lado dos Angolanos nos anos difíceis da guerra. É ainda com maior empenho que nos colocamos agora ao lado dos Angolanos nos anos de paz.

Para este desafio, para o estreitar de relações entre os nossos Partidos e os nossos Povos, e também para reforçar as relações entre os Países de Língua Oficial Portuguesa, podem contar connosco!

Como se diz na terra onde nasci:

“Bungué uami quari matango esso nhi iénué nhi Angola. Moio eno, saleno tchipema, toça carila.” (*O meu coração está sempre convosco e com Angola. Saudações, até sempre, muito obrigado.*)

Viva Angola! Viva Portugal!

Comentários de Morais Sarmento

Para o chefe da delegação do PSD, Nuno Morais Sarmento, “o discurso do presidente foi importante. Fez uma retrospectiva muito objectiva e muito completa do percurso feito por Angola nos anos difíceis até à paz, mas o mais importante é que traçou com muita clareza o compromisso do MPLA com a democracia e o desenvolvimento de Angola”.

“Penso que essa é a questão decisiva para demonstrar a Angola e ao mundo que o compromisso do MPLA e dos angolanos com a democracia é um compromisso sério e que o esforço que há anos anteriores foi posto para vencer as dificuldades da guerra, será posto agora com a energia redobrada ao serviço do desenvolvimento do país”, disse.

Em declarações à comunicação social, Morais Sarmento reforçou a ideia de que a “mensagem de confiança” deixada por Eduardo dos Santos justifica o envolvimento, nesse esforço da comunidade internacional e das empresas. – Fonte: —Lusa”, CRI/PSD





VILA DE REI (DISTRITAL CASTELO BRANCO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila de Rei, para reunir no dia 10 de Janeiro de 2004, pelas 11h00, na Rua Dr.º Eduardo de Castro em Vila do Rei, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão obedecer e respeitar todos os requisitos do regulamento eleitoral do PSD e ser entregues ao Secretário da Mesa da Assembleia de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas por um período de três horas.

VILA FRANCA DE XIRA

De acordo com o disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção do PSD de Vila Franca de Xira, para uma Assembleia de Secção a realizar no dia 18 de Dezembro de 2003 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede do núcleo da Póvoa de Santa Iria, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Ponto de situação da nova sede;
3. Análise da situação político-partidária.

VINHAIIS (DISTRITAL DE BRAGANÇA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vinhais, para reunir no próximo dia 18 de Janeiro de 2004, no Auditório Municipal (Casa do Povo), sito na Vila de Vinhais, pelas 15h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 19h00.

SECÇÃO B

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção B, para uma Assembleia a realizar na Sede da Secção B, no dia 18 de Dezembro de 2003, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise e votação do Orçamento da Secção para 2004;
3. Análise da situação política.

Nota: não existindo o quorum necessário para o início dos trabalhos, a Assembleia terá início às 21h30 com qualquer número de presenças.



ALGÉS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do REODL/JSD (Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD), convoco o Plenário da Secção de Algés da JSD, para o próximo dia 19 de Dezembro de 2003, pelas 21h00, na Sede da Secção, sita na Av. Carolina Michaelis, Lote 72 - 2795-053 Linda-a-Velha, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição dos Delegados da Secção de Algés/Carnaxide ao Conselho Distrital de Lisboa da JSD.

NOTA:

a) As listas candidatas deverão ser devidamente acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, ser constituídas e apresentar respectivas subscrições nos termos estatutários.

b) As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do dia anterior à sua realização, em duplicado, na Sede da Secção de Algés da JSD, sita na Av. Carolina Michaelis lote 72, 2795-053 Linda-a-Velha, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir;

c) As urnas estarão abertas por um período de 2 horas

d) O número de candidatos deverá ser de 17 delegados efectivos, e no mínimo 1/3 de suplentes.

CONSELHO DISTRITAL de LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e dos regulamentos em vigor, convocam-se todos os Delegados para a reunião do Conselho Distrital de Lisboa da JSD,

a realizar no próximo dia 21 de Dezembro de 2003 (Domingo), pelas 15h00, no Auditório da Sede Nacional do PPD/PSD, sita na Rua de São Caetano à Lapa, n.º 9, Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário do Conselho Distrital de Lisboa da JSD;
- 2- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital de Lisboa da JSD;
- 3- Informações;
- 4- Apresentação, discussão e votação das propostas de revisão dos estatutos, a apresentar ao XVII Congresso Nacional da JSD;
- 5- Análise da situação política.

NOTA:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24h00 do dia anterior ao do acto eleitoral, na sede distrital de Lisboa da JSD, sita na Rua da Junqueira, n.º 209 em Lisboa;

b) As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, e apresentar as respectivas subscrições, nos termos estatutários;

c) As urnas estarão abertas pelo período de 3 horas;

d) As propostas de revisão dos estatutos deverão ser apresentadas nos termos do Regulamento do XVII Congresso Nacional da JSD.

ERRATA

Por lapso dos serviços, a convocatória referente ao plenário da JSD de Matosinhos, publicada a 3 de Dezembro do corrente ano, incorre de uma omissão no seu ponto de Ordem de Trabalhos. Assim, publica-se a mesma rectificada para um melhor esclarecimento e pedimos desculpa pelo erro.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoca-se o plenário de secção para reunir no dia 11 de Dezembro de 2003, pelas 21.00 horas, na sede do PSD, sita na Rua Mouzinho da Silveira, n.º 98, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Eleição dos delegados ao XVII congresso nacional da JSD.
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24.00 horas do dia anterior, na sede da secção, ao Presidente da Mesa do Plenário.

As urnas estarão abertas das 21.00 às 24.00 horas.



Faça como o Laranjinha, Contribua você também para a Reciclagem

Sérgio Marques quer envio de observadores europeus ao referendo na Venezuela



O Deputado do PSD **Sérgio Marques**, em pergunta escrita dirigida à Comissão Europeia, sugere que a Comissão, com o acordo da Organização dos Estados Americanos, o Governo da Venezuela e as forças da oposição naquele país, promova “**o envio de observadores para acompanhar a regularidade do processo referendário na Venezuela**”.

Sérgio Marques considera que “os acontecimentos políticos, sociais e económicos que caracterizaram a vida venezuelana nos últimos três anos se repercutiram negativamente nos cidadãos e nas instituições democráticas da Venezuela, têm causado grande preocupação na comunidade internacional e põem seriamente em perigo a coabitação democrática, o Estado de Direito e o respeito dos direitos fundamentais”.

Para Sérgio Marques, a União Europeia, “em coerência com intervenções que teve noutras áreas geográficas, deve favorecer o diálogo que conduza a uma solução negociada e pacífica da actual crise da Venezuela”.

Sérgio Marques defende “uma acção rápida e determinada da União Europeia face à realização a curto prazo de um referendo na Venezuela, apoiado por um número suficiente de subscritores e de acordo com a Constituição daquele país”.

Joaquim Piscarreta elogia Acordo de Pesca com Moçambique

O Deputado do PSD **Joaquim Piscarreta** sublinhou, no Plenário do Parlamento Europeu, em Bruxelas, que “a União Europeia, para superar os seus escassos recursos halieúticos, tem desenvolvido entre outras medidas, a celebração de acordos com países terceiros com vista à utilização das águas territoriais alheias em troca de compensações financeiras.

Em 2002, a União Europeia celebrou um **acordo** desse tipo **com Moçambique**, visto por muitos como o **‘acordo perfeito’, balanço entre a cooperação e interesse mútuo**.

Durante os próximos três anos, a frota comunitária poderá pescar nas águas territoriais moçambicanas, mediante compensação financeira de cerca de 4 milhões de Euros”.

Joaquim Piscarreta considerou que “este acordo equilibrado apresenta de facto condições ideais:

Primeiro, porque abrange espécies cujos recursos são abundantes em Moçambique (camarão e atum); **segundo**, porque tem em consideração o desenvolvimento da pesca local através da formação de tripulações moçambicanas; **terceiro**, porque a compensação comunitária foi destinada a objectivos concretos no sector das pescas. Finalmente, em **quarto**, porque haverá controle da execução do acordo com especial atenção para os aspectos sanitários das capturas”.

O Deputado Joaquim Piscarreta defendeu ainda que “o Parlamento Europeu deve **exigir receber um relatório anual** sobre a aplicação do acordo e as suas condições de execução, o que permitirá a esta instituição acompanhar a par e passo este acordo estratégico para a Política Comum das Pescas da União Europeia, mantendo-se assim informado antes de qualquer negociação aquando da renovação do acordo”.

Joaquim Piscarreta concluiu manifestando a sua “satisfação com este acordo tão equilibrado. Estou de facto convicto, acrescentou, que ao contrário do acordo anterior, Moçambique não terá nenhuma razão para o denunciar”.



Carlos Coelho sobre o Pacto de Estabilidade: Não é aceitável a dualidade de critérios

O Deputado do PSD **Carlos Coelho** afirmou, num debate sobre o Pacto de Estabilidade, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, que “**o que não é aceitável é a dualidade dos critérios. Que a uns seja obrigado o que a outros é desculpado**”.

Carlos Coelho começou por citar Cavaco Silva, cujas palavras considerou “**duras mas certas**”: “**o eixo franco-alemão passou de impulsionador da Europa comunitária a um factor de instabilidade, dando-lhe (ao Pacto de Estabilidade) facadas nas costas. (...) O pacto de estabilidade está neste momento morto, pelo menos no que diz respeito à parte sancionatória. Isso é uma indicação de que a Europa comunitária está sem rumo**”.

Afirmando **não pretender “contribuir para o debate de saber se o Pacto de Estabilidade era ou não estúpido”**, Carlos Coelho sublinhou que se viu “**como em escassos dias quem achava que ele era inteligente decidiu não o respeitar e quem achava que ele era estúpido se insurgiu quando foi esquecido**”.

Admito, acrescentou, **que sejam necessários outros indicadores e que os mecanismos aplicáveis aos ciclos de expansão possam ser qualitativamente diferentes dos que se deverão respeitar nos ciclos de recessão. Mas de uma coisa estou certo: são necessários mecanismos para disciplinarmos as finanças**

públicas no interesse do Euro e no interesse da Europa”.

Denunciando que “**o que não é aceitável é a dualidade dos critérios. Que a uns seja obrigado o que a outros é desculpado**”, Carlos Coelho considerou **nocivo para a unidade europeia “a sensação que o que não é tolerado aos pequenos é consentido aos grandes**”.

O que é inaceitável, disse, é ver os **prevaricadores fazerem comentários desprestigiantes e deselegantes relativamente aos que honraram o compromisso que assumiram**. Lamentável foi, por exemplo, a atitude dos Ministros das Finanças francês e alemão relativamente à corajosa política de contenção orçamental do Governo português.

O que é preocupante, disse ainda Carlos Coelho, **é que a derrapagem no cumprimento das regras do Pacto possa levar à subida das taxas de juro como foi admitido pelo Comissário Pedro Solbes. Esse é um cenário particularmente preocupante para as famílias e para as empresas que estão fortemente endividadas**”.

Para Carlos Coelho, “**vivemos, pois, tempos que nos suscitam a maior perplexidade. Porque o nosso objectivo devia ser reforçar os instrumentos da construção europeia e não enfraquecê-los. Especialmente no contexto da discussão do novo Tratado Constitucional e da concretização do alargamento**”.



 **AUDITION
PUBLIQUE**

**Conciliation de la vie
professionnelle, familiale et privée**

Rapporteur: Regina BASTOS MdPE

**Mercredi, 10 Décembre 2003
15.00 - 18.30 hrs
Parlement Européen, Salle PHS 07C050**



Regina Bastos organiza Audição Pública

A Deputada do PSD **Regina Bastos**, relatora da Comissão dos Direitos da Mulher do Parlamento Europeu sobre “**conciliação da vida profissional, familiar e privada**” organiza amanhã, em Bruxelas, uma audição pública sobre o tema do seu relatório.

A audição terá lugar nas instalações do Parlamento Europeu (Sala PHS 07C050), das 15h00 às 18h30, e nela participam a Ministra italiana para a igualdade de oportunidades e peritos da Alemanha, França, Polónia, Bélgica e Suécia, bem como representantes da **Comissão Europeia**, da **UNICE** (União das Confederações da Indústria e dos Empregadores da Europa), da **COFACE** (Confederação das Organizações Familiares da União Europeia) e da **CES** (Confederação Europeia de Sindicatos).

Chegámos à 40ª edição do espaço da JSD neste semanário.

O Povo Livre tem sido uma das vertentes do Gabinete de Informação da CPN que continua a fazer do seu contacto com as estruturas Regionais, Distritais e Locais a sua principal base de apoio, complementando assim a informação nacional que vem veiculando.

É costume fazer-se um balanço a cada dezena completa de edições, e a análise que fazemos é altamente positiva. A julgar pelas críticas que temos vindo a receber.

Mas não fechamos a porta a opiniões de companheiros menos satisfeitos, pelo contrário: fazemos delas o motor duma evolução que queremos sempre permanente.

Assim, continuem a enviar sugestões e críticas para o endereço paulocolaco@jds.pt

Rumo à 41ª, saudamos o teu empenho!

Tomada de Posse da CPD/Porto:

Daniel Fanguero assume funções perante Jorge Nuno Sá e Santana Lopes



Num jantar-comício que juntou cerca de 1200 pessoas, os novos dirigentes distritais da JSD/Porto apresentaram-se, em ambiente de grande animação e promessa de bastante trabalho.

As últimas eleições para a CPD ditaram a liderança do companheiro Daniel Fanguero (que sucede ao Vice-Presidente da CPN Hélder Santos), a regência do Conselho Distrital cabe a Telmo Viana e a presidência da Jurisdição a Cláudia Babo.

As intervenções estiveram a cargo do próprio Presidente empossado, do Líder da Comissão Política Nacional da JSD Jorge Nuno Sá, do Presidente da Distrital do PSD/Porto Marco António, e do Vice-Presidente da CPN do Partido Santana Lopes.

Daniel Fanguero deu a conhecer o seu projecto, que se pretende mobilizador e dinâmico, com forte pendor para as próximas lutas eleitorais em que o País se verá envolvido.

A Jorge Nuno Sá coube o discurso mais aguerrido da noite, tendo ocupado uma boa parte do mesmo a analisar as últimas posições assumidas pelo Chefe de Estado. No entender de Jorge Nuno Sá, o Presidente da República não tem estado bem nas suas recentes intervenções públicas.

A maior crítica foi feita às declarações do PR em Argel: **“Não podemos ficar calados enquanto o Presidente da República fala contra a ocupação estrangeira no Iraque. Temos lá jovens portugueses, filhos de portugueses, militares da GNR a servir a País! É inadmissível o inquilino de Belém chamar forças ocupantes a portugueses que estão a defender os nossos valores de democracia e liberdade. É contra esta esquerda escorregadia que nós estamos!”**

Ainda num tom de crítica, o Presidente da JSD perguntou: **“Onde esteve**

o Dr. Sampaio durante os seis anos de Governo do seu PS? Nem um pio se lhe ouviu!”

Mas Jorge Nuno pautou a sua intervenção por pontos mais positivos, como sendo a actual política educativa, destacando alguns dos orgulhos deste Governo: **“Acabámos com a fraude e a cobardia! Terminámos com o escândalo do ensino recorrente e estamos a acabar com a rebaldaria do Ensino Superior, com mais de 2000 cursos que atiram para o desemprego milhares de jovens com formação. Apostamos num sistema de Acção Social Escolar que instale de facto a justiça no ensino!”**

No final, Jorge Nuno dirigiu-se a Daniel Fanguero dizendo-lhe: **“Tu vens no seguimento de uma lista de grandes dirigentes que o Porto deu à JSD e ao PSD: Marco António, Sérgio Vieira, Pedro Duarte, Ricardo Almeida, Hélder Santos, entre outros. A tua responsabilidade é grande, mas todos sabemos que estás à altura!”**



Marco António trouxe uma nota de optimismo, falando do trabalho político que se sente no PSD/Porto e exortando a JSD a continuar o bom desempenho até aqui conseguido.

No seu discurso, Santana Lopes falou de Sá Carneiro e da forma social-democrata de estar na política. O Vice-Presidente do PSD não perdeu a oportunidade para se debruçar sobre a actualidade política, reverberando as palavras do Presidente da JSD sobre a postura assumida nos últimos dias pelo PR.

Marcando o Dia Mundial de Luta Contra a Sida:

“Trocar 5 minutos de lixo televisivo por alguma informação”



“Porque a Sida existe, é uma frase batida, que a todos nos perturba, mas não deixa de ser uma realidade.” Foi com esta frase que Jorge Nuno Sá abriu a sessão evocativa do Dia Mundial de Luta Contra a SIDA, que se realizou em Lisboa, no passado 1 de Dezembro.

Para assinalar mais um dia de combate contra a doença do século, a JSD decidiu lançar um alerta social para esta problemática.

“Entendemos que as juventudes partidárias para além da intervenção política têm um papel fundamental de intervenção social. Assim o temos feito com as campanhas de verão. Este ano, em colaboração com a Fundação Portuguesa “A Comunidade Contra a SIDA” realizamos duas iniciativas.

Primeiro a celebração de um protocolo de colaboração permanente entre estas duas instituições.

Segundo o lançamento da Campanha Nacional: “Começa por SI...”

Esta campanha, que será levada pela JSD a todo o país, tem como principais objectivos o alerta para este flagelo, o aumento da informação, divulgação e prevenção, e quebrar

tabus para combater a discriminação. Porque tudo isto começa em cada um de nós”, disse Jorge Nuno Sá.

Depois de assinado o protocolo entre as duas instituições, seguiu-se uma tertúlia onde o Prof. Machado Caetano dialogou com as dezenas de militantes da JSD presentes no Restaurante/Café “Doca de Santo”.

Alertando para a gravidade da situação vivida em Portugal, Machado Caetano, afirmou que “é fundamental tomar medidas de urgência, depois dos dados revelados hoje de desinformação da população, seria interessante trocar 5 minutos de lixo televisivo por informação/formação nesta área”.

Não esquecendo o papel insubstituível da família, mencionou ainda a necessidade de inculcar referências no sistema de ensino, “não se trata de incluir valores de nenhuma ideologia, mas sim referências para a vida”

Este pensamento reflecte o que a JSD tem defendido na introdução de programas curriculares, que eduquem para a cidadania e para a prevenção de riscos.

“A necessidade desta intervenção é urgente, pois só terá reflexos daqui a alguns anos”, “conjugar uma intervenção imediata, pelos média, com uma mais estruturada, no ensino, é fundamental para obtermos resultados”.

“Os números em Portugal são alarmantes, comparáveis aos de países do terceiro mundo – a situação é grave!” alertou Machado Caetano.

Encerrou-se o encontro com uma frase-chave: “**Tudo começa por SI!!!**”



CURTAS:

- Jantar JSD/Benavente:

Após um largo período de inactividade, a JSD/Benavente regressa em grande forma com a organização de um jantar de confraternização de militantes. Foi no passado 29/Novembro e cumpriu os seus objectivos – aproximar militantes.

- JSD/Ponte de Sôr está ligada ao Mundo:

Esta secção da jota acaba de criar a sua página oficial na Internet. Aconselhamos uma navegação em www.jsdpontedesor.pt.vu

- Conselho de Jurisdição Nacional:

Estará brevemente actualizada a secção de pareceres e acórdãos do CJN, em www.jsd.pt.

- Lusofonia:

A Assembleia da República criou o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal S. Tomé e Príncipe. Este grupo é conduzido pelo deputado João Moura Rodrigues.

Restauração da Independência recordada em Évora

Festejada como em nenhuma outra cidade portuguesa, a data de 1 de Dezembro tem um eco espantoso em Évora. A Secção da JSD local decidiu assinalar a Restauração com um jantar na sua sede, aberto a militantes, repasto que foi seguido de uma festa/convívio.

A CPN foi representada pelo Director de Informação.



CPN, Distritais e Regionais à mesma mesa:

Revisão Estatutária na ordem do dia!

No passado dia 6 de Dezembro, a sede distrital do Porto foi o palco de mais uma reunião de estudo e definição das linhas concretas da próxima Revisão dos Estatutos Nacionais da JSD.

Como é sabido, a alteração estatutária terá lugar no futuro Congresso Nacional Extraordinário, a realizar em Janeiro, e vai colocar toda a JSD a debater o seu texto fundamental, de modo a introduzir modificações que o aperfeiçoem.

Para que o processo seja o mais abrangente possível, com os contributos de dirigentes vindos das mais variadas realidades, e seja fortalecido pelo consenso nos temas mais importantes, a CPN tem promovido reuniões um pouco por todo o País, envolvendo à mesma mesa as várias distritais e regionais.

Nesta reunião, havida no Porto, para além de inúmeras CPD's, estiveram presentes a Madeira, Açores e Jurisdição Nacional.

Foi igualmente uma oportunidade para tomarem lugar nestes encontros, pela

primeira vez dois novos líderes distritais: o anfitrião Daniel Figueiro (Porto) e Jorge Jacinto (Castelo Branco), que foram por todos saudados nessa recente condição.

O meeting decorreu de forma muito animada, tendo-se mesmo feito sentir uma extraordinária vontade em discutir a fundo os principais temas do processo de revisão que vivemos.

As várias delegações deram as suas ideias, fruto de debate interno nas suas estruturas (inclusivamente nas eleitas à menos tempo: Castelo Branco, Portalegre e Porto) e das Regiões Autónomas chegaram contributos que reflectem a especificidade das respectivas realidades sociais, culturais, políticas e geográficas.

As propostas foram sendo compiladas e articuladas, formando um pacote de ideias a ser estudado em próximos encontros.

A reunião que se segue, tudo indica que terá lugar a 21 de Dezembro, em local a designar.

Relações Internacionais:

JSD será anfitriã de dois importantes meetings internacionais

Na sequência do excelente trabalho que a JSD tem vindo a realizar nas organizações internacionais de que faz parte, os dirigentes da Comissão Política Nacional conseguiram trazer para Portugal dois importantes eventos.

O Council Meeting do EDS, reunião magna dos representantes das estruturas que integram os "Estudantes Democratas Europeus" terá lugar no Porto, nos últimos dias de Abril de 2004.

A prestigiadíssima Universidade de Verão do YEPP, estrutura de juventude do Partido Popular Europeu, será em Julho, em local ainda por designar.

Por este bom trabalho, felicitamos os intervenientes internacionais da JSD: Pedro Duarte (YEPP), Ana Janine (EDS) e os responsáveis pela coordenação geral Hélder Santos e Ricardo Lopes (ligados a ambas as organizações).

JSD/Famalicão fez 27 anos!

No passado dia 21 de Novembro a JSD de Famalicão assinalou a passagem do seu 27º aniversário. Para o efeito organizou um mega jantar/convívio que contou com a animada participação de cerca de 150 militantes e simpatizantes.

De entre os convivas destacaram-se anteriores Presidentes da Secção da JSD de Famalicão e dirigentes históricos.

A Comissão Política Nacional fez-se representar pelo Vice-Presidente César Teixeira que nessa qualidade fez uma intervenção de congratulação e votos de muitos mais anos de actividade em prol da democracia portuguesa.

Já te inscreveste na **mailing list** da JSD?

Agora está cada vez mais fácil receber notícias frescas do Gabinete de Informação da CPN. Basta seguir as instruções do site e depois... nada te poderá passar ao lado!

Em **www.jsd.pt** claro!

Até eu lá chego

E nem venham os arautos da despesa crónica dizer-me que, em certos casos, a despesa pública estimula o arranque da economia.

Quando há muita despesa escusada e quando se subscrevem acordos internacionais, não há margem para gastos, senão para os demagogos.

Gonçalo Capitão,
A Capital,
3/12/03

Responsabilidade

Estamos a meio de mandato legislativo e governamental, ou a chegar lá perto, e é fundamental a coesão em cada uma das equipas nos objectivos, nos caminhos para lá chegar e, também, no discurso.

Pedro Santana Lopes,
Diário de Notícias,
4/11/03

Autoeuropa e consciência social exemplar

Quando são os trabalhadores a decidirem por si, sem interferências sindicais perniciosas (...), fazem-no com elevada consciência social.

Guilherme Silva,
A Capital,
5/12/03

As decisões do passado que ensombram o presente

Algumas vezes desse passado longínquo de enorme irresponsabilidade e insensibilidade foram, no passado recente, estratégias da política económica portuguesa e são, hoje, arautos da oposição no que concerne à política económica que o actual Governo defende.

Graça Proença de Carvalho,
Diário Económico,
10/12/03

Presidente do Parlamento Europeu visita oficialmente Portugal



Esteve em Portugal, em dois dias de visita oficial, o Presidente do Parlamento Europeu, Pat Cox, que teve entrevistas de cortesia e trabalho com o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, e com a ministra dos Negócios Estrangeiros, Teresa Gouveia.

Pat Cox também fez uma visita de cumprimentos protocolares ao Presidente da República.

Foi com o seu homólogo português, o Presidente da Assembleia da República, que Pat Cox teve discussões específicas no âmbito das actividades parlamentares. Mota Amaral, recebeu o presidente do Parlamento Europeu na terça-feira, num encontro marcado pela defesa dos poderes parlamentares face ao futuro tratado constitucional da União Europeia.

Além da salvaguarda dos poderes dos parlamentos ao nível da reforma institucional da União Europeia, Mota Amaral e o irlandês Pat Cox vão equacionar soluções para envolver de uma forma mais ampla e sistemática os deputados nacionais e europeus nas principais questões comunitárias.

Sobre os pontos em aberto na conferência dos 25 governos que preparam o tratado constitucional da União Europeia (CIG), o presidente da Assembleia da República tem destacado a importância de se manter a regra de todos os Estados-membros possuírem um elemento na Comissão.

Em diversas intervenções públicas, Mota Amaral também já manifestou preocupação face a um enfraquecimento dos poderes da Comissão Europeia, em favor do Conselho, assim como tem defendido a regra da dupla maioria (50 por cento de população e 50 por cento de Estados membros) nos processos de decisão da União Europeia.

Num encontro informal com jornalistas, hoje, o presidente da Assembleia da República mostrou-se favorável a um reforço dos poderes do Parlamento Europeu.

No entanto, Mota Amaral referiu o “paradoxo” de o aumento progressivo das competências do Parlamento de Estrasburgo estar a ser acompanhado “pelo diminuição” da participação dos cidadãos nos actos eleitorais europeus.

Além de uma conferência de imprensa conjunta com Mota Amaral a meio da tarde de terça-feira, o presidente do Parlamento Europeu e o presidente da Assembleia da República participaram numa conferência na sala do Senado, intitulada “Tarefas das gerações jovens na construção do futuro da União Europeia”. – **Fonte: Lusa**

